



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
CURSO DE HISTÓRIA BACHARELADO**

**JOSEF STALIN GOMES DA COSTA**

**“PÁGINA INFELIZ DA NOSSA HISTÓRIA”: UMA ANÁLISE SOBRE O RESSURGIMENTO DA  
EXTREMA DIREITA NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO.**

**NATAL/RN**

**2025**

JOSEF STALIN GOMES DA COSTA

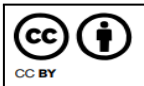
“PÁGINA INFELIZ DA NOSSA HISTÓRIA”: UMA ANÁLISE SOBRE O RESSURGIMENTO DA  
EXTREMA DIREITA NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO.

Monografia apresentada ao curso de graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Haroldo Carvalho

NATAL/RN

2025



Esta obra está licenciada com uma licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional. Permite que outros distribuam, remixem, adaptem e desenvolvam seu trabalho, mesmo comercialmente, desde que creditem a você pela criação original. Link dessa licença: [creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode)

JOSEF STALIN GOMES DA COSTA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Costa, Josef Stalin Gomes da.

“Página infeliz da nossa história”: uma análise sobre o ressurgimento da extrema direita no cenário político brasileiro contemporâneo / Josef Stalin Gomes da Costa. - 2025.

70f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (graduação) -  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Bacharelado em História, Natal, RN, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Haroldo Loguercio Carvalho.

1. Democracia. 2. Bolsonaro, Jair. 3. Extrema Direita. 4. Polarização. 5. Autoritarismo. I. Carvalho, Haroldo Loguercio. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 94:32(81)

“PÁGINA INFELIZ DA NOSSA HISTÓRIA”: UMA ANÁLISE SOBRE O RESSURGIMENTO DA  
EXTREMA DIREITA NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO.

Monografia apresentada ao curso de  
graduação em História, da Universidade  
Federal do Rio Grande do Norte, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em História

Aprovada em: 08/07/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Haroldo Loguercio Carvalho  
Orientador  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto  
Membro interno  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Claudionor Almir Soares Damasceno  
Membro externo  
CEJA Felipe Guerra. Estado do RN

A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa (Karl Marx).

## RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de discutir o ressurgimento da extrema direita no cenário político brasileiro contemporâneo e as consequências para nossa jovem democracia, principalmente após a ascensão de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República na eleição de 2018, isso em razão dos episódios vivenciados recentemente, sobretudo a tentativa de golpe ocorrida no dia 08 de janeiro de 2023, com o intuito de depor o presidente legitimamente eleito e restabelecer Bolsonaro como presidente. A pesquisa parte do prognóstico de que esse acontecimento é resultado de uma combinação entre crise institucional, insatisfação popular, uso estratégico das redes sociais e disseminação de discursos antidemocráticos e excludentes. Aplicando uma abordagem qualitativa e uma revisão bibliográfica, o estudo investiga as origens ideológicas da extrema direita, sua adaptação ao contexto brasileiro e as consequências de sua presença no debate público. A análise aponta que o fortalecimento da extrema direita no Brasil está relacionado ao enfraquecimento da confiança nas instituições democráticas, à profusão de informações falsas e ao avanço de pautas conservadoras que ameaçam direitos fundamentais e promovem a polarização política. O trabalho também discute as formas de resistência institucional e social que buscam impedir os retrocessos democráticos e mostra a importância do resgate da memória histórica, da educação política e da mobilização cidadã como caminhos para a consolidação da democracia. Conclui-se que compreender e enfrentar o avanço da extrema direita é um desafio urgente para garantir a pluralidade, a justiça social e o Estado de Direito no Brasil, constantemente ameaçado pelo bolsonarismo.

**Palavras-chave:** Democracia; Extrema Direita; Bolsonaro; Polarização; Autoritarismo.

## ABSTRACT

This paper aims to discuss the resurgence of the far right in the contemporary Brazilian political scene and the consequences for our young democracy, especially after the rise of Jair Messias Bolsonaro to the Presidency of the Republic in the 2018 election, due to recent events, especially the attempted coup that occurred on January 8, 2023, with the aim of deposing the legitimately elected president and reestablishing Bolsonaro as president. The research is based on the prognosis that this event is the result of a combination of institutional crisis, popular dissatisfaction, strategic use of social networks and the dissemination of antidemocratic and exclusionary discourses. Applying a qualitative approach and a bibliographic review, the study investigates the ideological origins of the far right, its adaptation to the Brazilian context and the consequences of its presence in the public debate. The analysis indicates that the strengthening of the far right in Brazil is related to the weakening of trust in democratic institutions, the proliferation of false information, and the advancement of conservative agendas that threaten fundamental rights and promote political polarization. The work also discusses the forms of institutional and social resistance that seek to prevent democratic setbacks and shows the importance of recovering historical memory, political education, and citizen mobilization as paths to consolidating democracy. It concludes that understanding and confronting the rise of the far right is an urgent challenge to guarantee plurality, social justice, and the rule of law in Brazil, which is constantly threatened by Bolsonarism.

**Keywords:** Democracy; Far Right; Bolsonaro; Polarization; Authoritarianism.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1 - SLOGAN DO INTEGRALISMO</b>	<b>26</b>
<b>Figura 2 - Manifestantes na marcha pela liberdade em 19 de março de 1964 na Praça da Sé, em São Paulo</b>	<b>29</b>
<b>Figura 3 - Apoiadores das reformas de base se reuniram na Central do Brasil para ouvir o discurso de Jango em defesa das reformas</b>	<b>30</b>
<b>Figura 4 - Manifestantes tomam a Frente do Congresso Nacional, em junho de 2013</b>	<b>35</b>
<b>Figura 5 Manifestação contra o governo Dilma e em defesa da lava jato, em São Paulo</b>	<b>38</b>
<b>Figura 6 - Capa da Revista Isto é sobre o depoimento de Lula para o então juiz Sérgio Moro</b>	<b>39</b>
<b>Figura 7 - Capa da Revista Veja retratando o primeiro encontro presencial entre Moro e Lula</b>	<b>40</b>
<b>Figura 8- Premiação dos Brasileiros do Ano pela Revista Isto é</b>	<b>42</b>
<b>Figura 9 - Lula comemora vitória com simpatizantes na Avenida paulista</b>	<b>56</b>
<b>Figura 10- Golpistas invadem Brasília e atacam as sedes dos três poderes</b>	<b>61</b>
<b>Figura 11 - Charge sobre " a quebradeira acontecida no dia 08 de janeiro".</b>	<b>62</b>

## LISTA DE SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AIJE	Ação de investigação judicial eleitoral
AFD	Alternativa para Alemanha
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNDH	Conselho Nacional dos Direitos Humanos
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais renováveis
ICBO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INPE	Instituto Nacional de pesquisas espaciais
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MP	Ministério Público
ONG	Organização não governamental
OVPE	Observatório da Violência Política e Eleitoral
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	O Lei e Justiça
PGR	Procuradoria Geral da República
PT	Partido dos Trabalhadores
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRP	Partido da Representação Popular
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
RFB	Receita Federal do Brasil
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

**Sumário**  
**\_Toc201435788**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>1. A EXTREMA DIREITA E SEUS ASPECTOS</b>	<b>17</b>
1.1 Definição do conceito de Extrema direita	17
1.2 Breve histórico: do fascismo europeu às novas direitas	18
1.3 Características da extrema direita contemporânea	19
1.4 O uso das redes como ferramenta pela Extrema Direita	20
1.5- Países centrais do avanço do extremismo	22
1.5.1 ESTADOS UNIDOS	22
1.5.2 EUROPA	23
1.5.3 AMÉRICA LATINA	24
1.5.4 OUTROS CONTEXTOS	24
<b>2. RAÍZES DO PENSAMENTO EXTREMISTA NO BRASIL</b>	<b>25</b>
2.1 Antecedentes históricos: Do integralismo a Ditadura Militar	25
<b>3. A CRISE DO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO E O RESSURGIMENTO DA EXTREMA DIREITA NO PAÍS.</b>	<b>34</b>
3.1 A jornada de junho e a eleição de 2014	34
3.2 Do governo Dilma II ao Golpe de 2016: fortalecimento do discurso anti esquerda	36
3.3 O Governo impopular do Temer e as reformas liberais	40
3.4 O papel das mídias tradicionais e dos meios digitais	43
3.4.1 A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS PELO BOLSONARO	44
3.5 A Eleição de 2018: Consolidação de Bolsonaro e a legitimação da Extrema direita	45
<b>4 AS CONSEQUÊNCIAS PARA O AMBIENTE DEMOCRÁTICO DO BOLSONARISMO</b>	<b>49</b>
4.1 Os embates do governo Bolsonaro com as instituições	49
4.2 As consequências do discurso autoritário do governo para os Direitos Humanos	51
4.3 A péssima condução da Pandemia	51
4.4 perdas sociais e a políticas públicas do governo Bolsonaro	53
4.5 O aumento exponencial da violência política no país	54

<b>4.6 A Eleição de 2022: A disputa mais polarizada e equilibrada do período republicano</b>	<b>55</b>
<b>4.7 O caso da ABIN 'paralela' e do Gabinete do Ódio</b>	<b>57</b>
<b>4.8 Os Ataques Golpistas de 8 de janeiro de 2023</b>	<b>60</b>
<b>4.9 A condenação de Bolsonaro no TSE e suas consequências políticas</b>	<b>62</b>
<b>4.10 O Plano Golpista "Punhal Verde e Amarelo"</b>	<b>63</b>
<b>5. CONCLUSÃO</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>67</b>

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o cenário político brasileiro vem encarando profundas mudanças, caracterizadas por crises institucionais, polarização ideológica e o fortalecimento de discursos extremistas. Um dos fenômenos mais expressivo e preocupante neste contexto é o ressurgimento da extrema direita, que conquistou um espaço significativo na esfera pública, nas redes sociais e nas urnas. Este movimento, embora não seja inteiramente novo na história nacional, ressurgiu com aspectos contemporâneos, promovendo discursos autoritários, antidemocráticos e excludentes, muitas vezes legitimados por lideranças políticas e reproduzidos por parcelas expressivas da sociedade.

Um exemplo disso é o episódio ocorrido no dia 08 de janeiro de 2023, quando bolsonaristas extremistas tentaram dar um golpe de estado para depor o governo legitimamente eleito do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e reconduzir Bolsonaro ao poder, por meio de uma invasão a praça dos três poderes, com intuito de gerar uma instabilidade e fazer com que o presidente utilizasse da GLO.

É diante da preocupação de parte da sociedade brasileira com avanço do extremismo no país que surgiu o interesse por fazer o presente artigo que tem como foco fazer uma análise sobre as causas e consequências do avanço da extrema direita no país, principalmente na última década, conseguindo obter sucesso nas urnas em 2018, quando elegeu o presidente da república e um bom número de governadores, essencialmente no sul e sudeste do país. Além disso, obteve um grande resultado no congresso, elegendo a 2ª maior bancada do país, junto do PT e sendo o terceiro partido que obteve mais votos no senado, elegendo 4 senadores, ficando atrás do PT e PSDB, que foram os partidos que obtiveram mais votos.

Essa eleição apresenta um cenário novo no embate político brasileiro, diante do reaparecimento da extrema direita, representada pelo candidato a presidente e vencedor daquela eleição, Jair Messias Bolsonaro, visto que desde a redemocratização, basicamente as eleições presidenciais foram uma disputa entre PSDB e o PT, com exceção da eleição de 1989, no qual a disputa de 2º turno foi entre Luiz Inácio Lula da Silva, candidato pelo PT e Fernando Collor de Mello, candidato pelo PRN, sendo eleito o presidente mais novo da história do Brasil.

A ascensão da extrema direita pode ser explicada por diversos motivos, dentre eles o papel desempenhado pelo PSDB após eleição presidencial de 2014, na qual lançou o então senador mineiro Aécio Neves da Cunha à presidência da república. Naquela eleição, os tucanos obtiveram pouco mais de 51 milhões de votos, sendo derrotado pela presidente Dilma Rousseff, que acabou conquistando sua reeleição, na eleição mais equilibrada da nossa história até aquele momento, com uma diferença de pouco mais de 3 milhões de votos.

A postura adotada pelo PSDB e pelo candidato derrotado representou uma ruptura em relação às eleições anteriores, visto que desde a redemocratização, o pleito eleitoral nunca tinha sido colocado em xeque, o candidato e o partido derrotado reconheciam a derrota e parabenizava o vencedor, o Aécio e seu partido não fazem isso, primeiro recorrem ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), solicitando recontagem dos votos, bem como ingressaram com uma ação de investigação visando resultar na cassação da chapa vencedora.

Além disso, o partido adotou uma posição radical na oposição, votando favoráveis em pautas que ficaram conhecidas como “pautas bombas”,<sup>1</sup> que tinham como objetivo aumentar as despesas do governo, enquanto a presidenta tentava obter sucesso no seu plano de ajuste fiscal, da mesma maneira que pagou uma advogada para elaborar um pedido de impeachment contra o governo democraticamente eleito, que posteriormente resultou no impedimento da presidenta<sup>2</sup>.

Essas condutas adotadas pelo partido, bem como sua adoção em peso a agenda econômica e social do governo fruto do golpe de 2016, causaram um efeito devastador nas pretensões do partido nas eleições de 2018, no qual o partido foi praticamente varrido do cenário eleitoral, na eleição presidencial lançaram candidato o então ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin que teve pouco mais de 5 milhões de votos (4,76%), o pior desempenho do PSDB desde sua fundação, em 1988, houve queda também da bancada na câmara Federal e no Senado, o partido saiu do 1º turno sem nenhum governador eleito. O PT e o MDB também apresentaram quedas em seus desempenhos eleitorais, o que demonstra a crise do

---

<sup>1</sup> As pautas bombas eram pautas que visavam aumento o gasto público do governo, com intuito de dificultar que o governo atingisse meta fiscal, visto que o governo estava promovendo um ajuste fiscal, com objetivo de reduzir os gastos públicos.

<sup>2</sup> O PSDB contratou a advogada Janaína Pascoal por 45 milhões de reais para elaborar o pedido de impeachment que foi aceito pelo então presidente da câmara Eduardo Cunha, a própria Janaína confirmou em sessão do senado federal que o partido tinha feito o pagamento desse valor.

sistema político brasileiro que emergiu pós ditadura militar, já que esses partidos estavam no centro do poder, PT e PSDB tinham disputado entre eles 6 das últimas 7 eleições presidenciais, enquanto o MDB assegura a governabilidade do governo eleito na Câmara e no Senado Federal, uma vez que possuiu um número razoável de senadores e deputados federais.

É nesse cenário de crise do sistema político que tinha se consolidado após a redemocratização, visto que os três principais partidos do país tiveram drásticas quedas em seus desempenhos eleitorais na eleição de 2018, que a extrema direita conseguiu vencer as eleições presidenciais e ter um bom desempenho no parlamento, conseguindo certa relevância política.

A eleição de 2022 demonstra a consolidação dessa corrente ideológica no cenário político brasileiro, embora Bolsonaro não consiga sua reeleição, sendo derrotado pelo petista Lula, seu partido é o que elege mais senadores e deputados federais, muitos ideologicamente comprometidos com o pensamento extremista.

O estudo sobre a consolidação política da extrema direita uma ameaça à democracia é urgente e de extrema importância, diante da sua relevância para sociedade brasileira, pois no dia 08 de janeiro de 2023, os brasileiros vivenciaram o mais duro golpe ao estado democrático de direito desde a redemocratização, quando apoiadores do ex-presidente Bolsonaro invadiram e depredaram as sedes dos poderes em Brasília, com o intuito de tomar o poder , destituindo o atual presidente e colocando Bolsonaro novamente no poder.

Posteriormente, com o andamento das investigações realizadas pela Polícia Federal, foram relevados os planos para decretação de estado de sítio, bem como as mortes do presidente e vice-presidente eleitos e do então presidente do TSE e ministro do STF, Alexandre de Moraes. Inclusive, o candidato a vice-presidente pela chapa do ex-presidente Bolsonaro foi preso preventivamente, acusado de tentar comprometer as investigações.

Diante da necessidade de entender esse avanço do pensamento extremista no Brasil, a proposta científica do trabalho tem como objetivo geral analisar o ressurgimento da extrema direita no Brasil contemporâneo, entendendo suas origens, estratégias de legitimação e consequências para o ambiente democrático brasileiro. Entre os objetivos específicos estão contextualizar os fatores políticos, sociais e econômicos que proporcionaram a ascensão extremista no Brasil;

investigar as raízes ideológicas e históricas da extrema direita e avaliar os impactos gerados sobre a democracia, as instituições e os direitos humanos.

A metodologia utilizada é de caráter qualitativo, baseada em análise bibliográfica e documental. Serão utilizados autores nacionais e internacionais que estudam a extrema direita, populismo, democracia e comunicação política, além de reportagens, documentos oficiais e manifestações públicas que ilustram o comportamento político analisado.

A proposta é contribuir, por meio de uma abordagem crítica e fundamentada, para a compreensão desse capítulo recente e ainda em construção da história brasileira, que desafia os fundamentos democráticos conquistados durante as últimas décadas.

Por fim, este trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro discorre sobre os conceitos e características da extrema direita mundial do ponto de vista teórico e histórico. O segundo aborda as origens desse pensamento no Brasil, remetendo ao integralismo e o regime militar, apontando as características de cada movimento, bem como seus objetivos em épocas históricas diferentes do Brasil republicano. O terceiro capítulo analisa o procedimento de ascensão da extrema direita no Brasil, fazendo uma análise dos eventos históricos que possibilitaram a criação desse cenário de crescimento, bem como as estratégias e os discursos utilizados pelos extremistas para chegar ao poder.

O quarto capítulo debate os impactos para democracia, as instituições, direitos sociais, civis e humanos da chegada da extrema direita ao poder e sua gestão, bem como aborda a resistência, a eleição presidencial de 2022 e as consequências da derrota eleitoral. Por fim, o quinto capítulo retoma os principais pontos abordados ao longo do trabalho e apresenta sugestão de como garantir o futuro da nossa democracia com um país mais justo e inclusivo, com fortalecimento das nossas instituições e da cidadania.

## **1. A EXTREMA DIREITA E SEUS ASPECTOS**

O crescimento da extrema-direita no cenário político mundial e brasileiro, principalmente a contar da década de 2010, transformou-se em temática de investigação fundamental para o entendimento dos recentes dinâmicas democráticas e autoritárias, isso por causa que o reaparecimento com expressividade em diferentes democracias liberais, quebrando com o que se pensava ser acordo democrático estabelecido depois da Segunda Guerra Mundial Identificada pelos discursos autoritários, nacionalismo acentuado, rejeição à diversidade e a descrença nas instituições democráticas, a extrema-direita reaparece como força política articulada, utilizando-se das crises institucionais, econômicas e sociais. Esse crescimento global de movimentos autoritários, nacionalistas e xenófobos é um obstáculo aos princípios do liberalismo político, dos direitos humanos e da governança multilateral. Este capítulo compromete-se a investigar os aspectos conceituais, ideológicos e estratégicos da extrema-direita no cenário internacional, bem como reconhecer suas manifestações recentes em países centrais e periféricos.

### **1.1 Definição do conceito de Extrema direita**

O termo “extrema direita” relaciona-se a um conjunto de ideias, práticas e posicionamentos políticos explicitado pelo autoritarismo, nacionalismo exacerbado, intolerância a minorias e oposição às instituições e valores democráticos liberais. Apesar de não ser simples determinar conceitualmente, a extrema direita é distinta tanto da direita tradicional quanto do conservadorismo. Enquanto a direita conservadora age comumente dentro das regras democráticas, reconhecendo a ordem e a tradição, a extrema direita tende a rejeitar os mecanismos democráticos, propondo uma ruptura com o sistema político vigente.

Mudde (2019, p. 12) afirma que:

“a extrema direita não rejeita a democracia de forma absoluta, mas defende uma concepção limitada e excludente de democracia, restrita a um grupo nacional considerado autêntico e moralmente superior”.

Sendo assim, os direitos civis e políticos são legitimados apenas a alguns grupos, ao mesmo tempo que minorias, imigrantes e opositores políticos são vistos como ameaças à ordem nacional.

Tais ideologias buscam restaurar uma ordem imaginária, muitas vezes associada a um passado idealizado, onde “inimigos internos”, como comunistas, movimentos sociais, imigrantes ou minorias, não tinham espaço.

De acordo com Cas Mudde:

O populismo de direita radical contemporâneo compartilha características do fascismo clássico, mas se diferencia por atuar dentro do jogo democrático, embora com tendências autoritárias e excludentes (MUDDE, 2019, p. 45).

## **1.2 Breve histórico: do fascismo europeu às novas direitas**

A extrema direita não é um fenômeno novo. Sua forma mais famosa e destrutiva teve origem no século XX com os regimes fascistas e nazistas, de Benito Mussolini na Itália e Adolf Hitler na Alemanha.

Esses regimes reúne uma série de componentes que se transformaram em características da extrema direita: culto à autoridade, militarismo, racismo institucional, repressão violenta à oposição e propaganda ideológica massiva.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, essas ideologias foram extensivamente desmascaradas, mas não sumiram. Movimentos neonazistas, nacionalistas e neofascistas ressurgiram em vários países ao longo das décadas seguintes, muitas vezes modificando sua linguagem para livra-se da desaprovação pública aberta. No século XXI, ocorreu uma consolidação desses movimentos com o aparecimento das chamadas “novas direitas”, antissistema.

O que temos vivenciado no cenário internacional ultimamente é um avanço de partidos ultradireitistas no mundo, como apontado por Mudde (2019, p.16):

Em maio de 2019, três dos cinco países mais populosos do mundo – Brasil, Índia e Estados Unidos – possuem líderes de extrema direita, e o maior partido político do mundo é o Partido do Povo Indiano [Bharatiya Janata Party, ou BJP], agremiação populista de direita. Na União Europeia, dois governos são totalmente controlados por partidos de direita radical populista – Hungria e Polônia –, outros quatro países incluem tais partidos em suas coalizões de governo – Bulgária, Estônia, Itália e Eslováquia –, e outros dois se mantêm com o apoio dos partidos de extrema direita – Dinamarca e Reino Unido. E durante as últimas eleições europeias, os partidos de extrema direita ampliaram sua presença no parlamento europeu mais uma vez, ainda que não tanto quanto haviam conseguido antes, nos pleitos de 2009 e 2014.

Essa ascensão da extrema-direita pode ser explicada novamente em virtude da crise estrutural do sistema capitalista, assim como no período entre guerras, que possibilitou a ascensão do nazifascismo, que começou em 2008. Além disso,

estamos vivenciando uma queda do império estadunidense, visto que os EUA estão perdendo cada vez mais espaço na hegemonia mundial nos últimos anos, especialmente para China e Rússia.

Outro fator que possibilitou essa expansão foi o fato de vivermos em um mundo cada vez mais globalizado, ainda mais com o surgimento das redes sociais, que serve como grande aliada para expansão da agenda extremista, sendo utilizada para disseminação de notícias falsas com discurso de ódio, desvalorização dos direitos e pautas políticas imorais, na finalidade de provocar desinformação, propiciando a manipulação de grande parte da sociedade. Ribeiro e Mainieri (2014) explanam que:

Podemos perceber que tanto em regimes ditatoriais ou democráticos a comunicação é extremamente importante para o governo (...) em um sistema democrático, a comunicação é importante para discussão de opiniões e ideias. [...] em um autoritário, seu papel é de difundir as ideias do regime vigente (RIBEIRO; MAINIERI, 2014, p. 179).

Um aspecto bastante presente no discurso dos extremistas de direita é a criação de um "inimigo", sendo ele o responsável pelos problemas enfrentados pela sociedade. Tal "inimigo" pode incorporar muçulmanos, imigrantes, minorias religiosas, bem como grupos de esquerda, movimentos feministas e a população LGBTQIAP+.

Outras bandeiras são a questão do nacionalismo, acompanhado por uma xenofobia de cunho racista, na qual se promove a superioridade da identidade étnica ou cultural predominante em detrimento das minorias, bem como a fundamentação religiosa, por, meio da divulgação de valores religiosos específicos e o ataque a minorias religiosas, como cristãos, judeus, as de matrizes africanas e outras. Além disso, é possível analisar a presença de discursos autoritários em relação à pauta de segurança pública, defendendo uma aplicação rígida da lei, defendendo o uso da violência policial ou militar como solução para os problemas sociais e o crime.

### **1.3 Características da extrema direita contemporânea**

A extrema direita contemporânea se distingue das formas clássicas de autoritarismo, em razão de usar um discurso mais aceitável ao público, aproveitando os meios de comunicação, em principalmente as redes sociais, para propagar sua visão de mundo. Suas marcas principais abrangem:

. Populismo autoritário: criação de uma divisão entre as pessoas, utilizando expressões como: “inimigos da nação”, “elite corrupta”

. Anticomunismo: adoção de um discurso anti esquerda, no Brasil, esse aspecto é usado até nos partidos de centro esquerda institucionalizado, como é o caso do PT

. Moralismo religioso: uso da religião como instrumento de controle social e legitimação de políticas conservadoras.

. Revisionismo histórico: adoção de uma postura de reescrever ou alterar eventos históricos, como a ditadura militar brasileira, negando violações de direitos humanos e promovendo a ideia de um passado glorioso.

Além disso, a extrema direita contemporânea é fortemente influenciada por fenômenos como o negacionismo científico, o ataque à imprensa livre, a difusão de desinformação e o uso estratégico de redes sociais para deslegitimar o debate público e promover o medo.

Na contemporaneidade, extrema direita brasileira reaparece sob novos aspectos, estruturando-se com discursos antissistema, anticomunistas, ultraconservadores e moralistas. Segundo Casarões e Rocha (2021), esse movimento se destaca pela desaprovação às instituições tradicionais, pela defesa da militarização da segurança pública e pela negação de pautas progressistas relacionadas a direitos humanos e minorias.

#### **1.4 O uso das redes como ferramenta pela Extrema Direita**

A extrema-direita contemporânea distingue-se da antiga extrema-direita fascista pelo uso estratégico das instituições democráticas e pela apoderamento das novas tecnologias de comunicação.

As redes sociais, primeiramente criadas para interação pessoal e compartilhamento de conteúdo, converteram-se em campos de batalha política digital, na qual as disputas narrativas e ideológicas passaram a acontecer de maneira acentuada. A extrema-direita compreendeu a forma de utilizar as lógicas algorítmicas das plataformas — como Facebook, Twitter (hoje X), WhatsApp, Telegram e YouTube, com o objetivo de impulsionar conteúdos sensacionalistas e polarizadores que criam um engajamento emocional, independentemente de sua veracidade.

Como afirma Mark Lilla:

A nova extrema-direita soube explorar os ressentimentos sociais e identitários através de linguagens simples e eficazes nas redes digitais, difundindo visões autoritárias sob a aparência de defesa da liberdade” (LILLA, 2018, p. 63).

Essas plataformas possibilitam a criação de comunidades ideológicas fechadas, nas quais as informações são divulgadas sem contestação, contribuindo para os processos de radicalização gradativa e defesa de discursos autoritários.

O campo digital possibilitou a formação de redes transnacionais da extrema-direita, a exemplo do *alt-right* nos Estados Unidos, dos identitários na Europa e dos nacionalistas hindus na Índia.

Os extremistas têm usado fortemente as redes para propagar fake news, desinformação científica (sobre vacinas, mudança climática, eleições) e narrativas conspiratórias que contestam as instituições democráticas, a imprensa e as universidades. Esses conteúdos são difundidos de forma viral, muitas vezes por meio de bots, grupos privados e influenciadores digitais de extrema-direita, alcançando públicos antes estranhos a esses discursos.

Para Federico Finchelstein (2020, p. 97):

A extrema-direita contemporânea construiu seu espaço político nas redes sociais, utilizando-se de mentiras, revisionismos históricos e teorias conspiratórias como ferramentas de mobilização e manipulação das massas.

A capacidade de produção rápida e segmentada de conteúdos possibilita a criação de bolhas informacionais, onde a pluralidade de ideias é eliminada e as narrativas extremistas se naturalizam.

A estratégia de comunicação digital da extrema-direita abarca a formação de inimigos simbólicos, como a mídia tradicional, as universidades e os órgãos internacionais. Campanhas de difamação, ataques coordenados, memes ofensivos e campanhas de boicote são práticas contínuas.

De acordo com Mark Lilla (2018, p. 81):

“As novas direitas autoritárias usam as redes não apenas para difundir suas ideias, mas também para destruir reputações e desestabilizar a esfera pública democrática”.

Esses ataques pretendem desmoralizar o debate racional e pluralista, colaborando com a cultura da pós-verdade, na qual fatos objetivos perdem lugar para narrativas emocionais e identitárias.

Outro aspecto relevante é a conexão transnacional de grupos de extrema-direita pela internet. Movimentos e influenciadores de países distintos compartilham conteúdos, estratégias e narrativas. Um fenômeno notório é a utilização de memes políticos, imagens e piadas irônicas que satirizam o adversário e espalham rapidamente conteúdos extremistas de maneira informal.

Odilon Caldeira Neto (2020, p. 256) observa:

“A extrema-direita brasileira incorporou e adaptou a estética e o humor digital da alt-right estadunidense, criando uma cultura política online agressiva, misógina e conspiratória”.

Esse emprego informal e irônico de conteúdos colabora para a despolitização evidente do discurso autoritário, transformando-o em mais tolerável a segmentos jovens e periféricos do debate público.

## **1.5- Países centrais do avanço do extremismo**

### **1.5.1 ESTADOS UNIDOS**

A eleição de Donald Trump em 2016 estabeleceu a volta da extrema-direita ao centro do poder norte-americano. Com um discurso nacionalista, anti-imigrante, misógino e antiglobalista, Trump mobilizou ressentimentos identitários e econômicos, adotando slogans como *“Make America Great Again”*,<sup>3</sup> que foi novamente utilizado por ele na sua recente vitória eleitoral para presidência do país.

Federico Finchelstein (2020, p. 142) destaca que:

Trump não é um fascista clássico, mas representa uma forma moderna de populismo autoritário de extrema-direita, baseada na mentira sistemática, no culto à personalidade e no ataque às instituições democráticas.

Durante seu governo, houve facilitação do porte de armas, enfraquecimento de direitos civis, apoio implícito a grupos supremacistas e perseguição a jornalistas e

---

<sup>3</sup> “Make America Great Again”, em uma tradução livre, significa “faça a América Grande Novamente”, foi primeiramente usado pelo ex-presidente republicano Ronald Reagan, na sua eleição em 1980. Na sua primeira campanha para presidente em 2016, Trump optou por utilizar esse slogan, que foi amplamente usado pelos republicanos e apoiadores de sua candidatura, em 2024, a sigla voltou a estampar bonés e camisetas e foram destaques ao longo dos comícios de sua candidatura. Essa frase tem o objetivo de conquistar a população por meio do resgate de um passado em que o país foi a principal potência do mundo, em que a população era supostamente mais próspera, com uma identidade nacional mais consolidada, sem discutir temas como imigração ou justiça social.

opositores. O episódio da invasão ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021 demonstrou o potencial violento dessa extrema-direita radicalizada.

Na última eleição presidencial dos EUA, Trump acabou sendo eleito com uma vantagem considerável, conseguindo maioria na câmara e no senado.

### 1.5.2 EUROPA

Na Europa, diversos partidos de extrema-direita estão ganhando cada vez mais espaço eleitoralmente, como a Frente Nacional na França (atualmente Reunião Nacional), o Partido da Liberdade na Áustria, a Liga Norte na Itália, o Vox na Espanha o Chega em Portugal e AFD na Alemanha. Essas agremiações pactuam

Na Europa, partidos e lideranças de extrema-direita ganham espaço desde a década de 2010, estimulados pela crise migratória, pelo terrorismo internacional e pelo descontentamento popular com a União Europeia. Na França, o partido Rassemblement, liderado por Marine Le Pen, atualizou o discurso dos extremistas de direita franceses, mudando a oratória neonazista anterior para uma agenda nacionalista, anti-imigrante e islamofóbica. Já a Itália, um exemplo é Matteo Salvini, líder do partido Liga, vice -primeiro-ministro, defende um discurso também antimigratório forte, combatendo as ONGs de refugiados e recuperando símbolos do fascismo italiano. Na Hungria, Viktor Orbán, permanece no poder desde 2010, impulsionando limitações à liberdade de imprensa, perseguições as ONGs e universidades, bem como o controle do poder judiciário.

Por fim, na Alemanha, o destaque é o AFD, que se transformou no principal partido extremista no país desde a Segunda Guerra Mundial, recentemente atingiu seu melhor desempenho eleitoral alcançando o 2º lugar na eleição realizada esse ano, promovendo um discurso anti-imigração, revisionista histórico e de negação do multiculturalismo. Ainda merecem destaque o Chega, em Portugal, que recentemente em eleição para o parlamento atingiu seu melhor resultado eleitoral, praticamente acabando com o bipartidarismo que vigorava em Portugal depois da revolução dos cravos, com uma pauta amplamente contrária a imigração. enquanto na Espanha. o partido Vox vem ganhando terreno, com seu discurso extremista.

Cas Mudde (2019, p. 98) resume os extremistas europeus da seguinte maneira:

“A direita radical europeia explora o medo da islamização, o ressentimento contra a globalização e a desconfiança nas

instituições supranacionais para legitimar projetos autoritários e nacionalistas”.

### 1.5.3 AMÉRICA LATINA

A América Latina também vivencia uma ascensão de figuras e movimentos de extrema-direita, muitos dos quais retornam símbolos autoritários do século XX. No Brasil, essa liderança é representada pelo Bolsonaro, que foi eleito em 2018 com um discurso ultraconservador, anticomunista e revisionista sobre a ditadura militar. O Chile, José Antonio Kast, um defensor da ditadura de Pinochet vem ganhando cada vez mais espaço, foi candidato a presidente em 2021, adotando uma pauta de defesa de valores morais conservadores, repressão aos protestos e políticas anti-imigração. Por fim, Argentina, que elegeu em 2023, o atual presidente Javier Milei, que surgiu como líder dessa nova extrema direita da América do Sul com um discurso antissistema, ultraliberal e autoritário contra os opositores e a mídia local.

Para Odilon Caldeira Neto (2020, p. 301):

“A extrema-direita latino-americana contemporânea não só revisita o autoritarismo de suas ditaduras militares, mas também incorpora estratégias digitais e discursos globalizados da nova direita radical”.

### 1.5.4 OUTROS CONTEXTOS

Merecem destaque ainda países como a Turquia, governada por Erdoğan, que se afastou do laicismo e da democracia liberal, utilizando da repressão contra seus opositores, centralizando cada vez mais o poder e expandindo o nacionalismo islâmico autoritário. Na Índia, o primeiro-ministro Narendra Modi, líder do nacionalismo hindu, possibilitou políticas discriminatórias contra muçulmanos e repressão aos movimentos civis de oposição e aos jornalistas. Por fim, outro país que experimenta uma ascensão extremista de direita é a Polônia, no qual o PIS, com um discurso ultraconservador e nacionalista, defende pautas contra minorias, de restrição a liberdade de imprensa, enfrentamento a União Europeia

## **2. RAÍZES DO PENSAMENTO EXTREMISTA NO BRASIL**

O pensamento extremista no Brasil não é um acontecimento contemporâneo, independentemente de ter adquirido novas roupagens e conseguindo excepcional visibilidade nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 2010. Suas origens retroagem a intervalos históricos caracterizados por autoritarismo, conservadorismo social e exclusão política, expressando-se em discursos de intolerância, violência política e rejeição à diversidade ideológica e cultural. Este capítulo tem o intuito de examinar os fundamentos históricos, culturais e institucionais que constituíram o pensamento extremista no Brasil, proporcionando informações para assimilar seu prosseguimento e sua consolidação no ambiente político contemporâneo.

### **2.1 Antecedentes históricos: Do integralismo a Ditadura Militar**

O estudo da extrema direita no Brasil exige uma investigação histórica que retorne a períodos históricos do país nos quais ideologias autoritárias, ultranacionalistas e antidemocráticas ganharam espaço no país.

De acordo com Odilon Caldeira Neto:

A trajetória de organizações e militantes de extrema-direita no Brasil evidencia a permanência de um ideário conservador, nacionalista e autoritário, cujos principais elementos podem ser identificados desde o Integralismo (CALDEIRA NETO, 2020, p. 23).

Uma das primeiras manifestações organizadas dessa linha ideológica teve sua origem no início da década de 1930, com o movimento conhecido como Integralismo, cuja sua maior liderança foi Plínio Salgado.

Inspirados na ideologia fascista do italiano de Mussolini, os integralistas pretendiam criar um “fascismo à brasileira”, promovendo adaptações em relação as ideologias extremistas europeias para realidade brasileira, um exemplo disso é a questão racial, enquanto o nazismo alemão faz uma defesa ao antissemitismo e que a população deveria ser ariana, os extremistas brasileiros defendiam a miscigenação, visto que segundo eles a raça brasileira é superior as demais justamente por ter ao longo dos anos por esse processo de união de raças, sendo uma qualidade exclusiva do Brasil.

Segundo Trindade:

O Integralismo representou uma tentativa nacional de adaptação dos princípios fascistas à realidade social, cultural e religiosa do Brasil,

articulando nacionalismo, tradicionalismo e autoritarismo sob uma perspectiva católica (TRINDADE, 1979, p. 45).

Em 1932, com a publicação do Manifesto de Outubro, elaborado por Plínio, os integralistas criaram AIB, um partido de massa, bem como passou a adotar o lema, que recentemente foi apropriado pelos novos movimentos de extrema direita, que é o “Deus, Pátria e Família”, cujo o “Deus”, demonstra a influência religiosa cristã, a “pátria” tinha o significado de “lar”, os integralistas defendiam a unificação da população brasileira dentro do território , como uma forma de se contrapor a divisão da sociedade em classes, isso ocorreria por meio da criação de um Estado cooperativo, que saberia equilibrar os diferentes interesses existentes no meio da sociedade Por fim, a “família”, que tem seu significado ligado à manutenção da tradição ,sendo usada como instrumento para garantir a organização social .

**Figura SEQ Figura \\* ARABIC 1 - Slogan do integralismo**



Fonte: INTEGRALISMO.ORG.BR(2022)

Sendo assim, o integralismo pode ser classificado como um movimento nacionalista, autoritário, tradicionalista, anticomunista e fundado em princípios religiosos, incumbindo o Estado manter a pacificação da sociedade por meio da coerção.

O Integralismo brasileiro distingue-se dos movimentos extremistas autoritários de direita europeus por integrar de maneira expressa e central o catolicismo como base de seu projeto político-ideológico. Ao mesmo tempo que o fascismo italiano e o nazismo conservavam relações incertas ou pragmáticas com a religião institucional, a AIB expandiu a fé católica a elemento constitutivo da sua visão de mundo e proposta de organização nacional.

Para Héglio Trindade:

“O Integralismo foi, essencialmente, um movimento de reação católica, que buscava responder à modernização social, econômica e cultural do Brasil com uma proposta nacionalista, autoritária e moralmente conservadora, assentada sobre os valores tradicionais do catolicismo romano” (TRINDADE, 1979, p. 61).

A AIB usava símbolos religiosos, como a cruz e referências à ordem divina, em seus discursos, desfiles e publicações. Plínio Salgado empregava constantemente passagens bíblicas e à oratória cristã para legitimar sua liderança e a missão restauradora do movimento.

Para Caldeira Neto:

“O integralismo não apenas instrumentalizou a religião como discurso legitimador, mas também moldou seu imaginário político a partir da moralidade cristã, estabelecendo uma simbiose entre a fé católica e o nacionalismo autoritário” (CALDEIRA NETO, 2020, p. 134).

Os integralistas tiveram uma relação instável com o governo de Vargas. A AIB, com seu discurso anticomunista, nacionalista e moralista, acabou atuando como um aliado eventual do governo varguista, sobretudo no contexto da radicalização política dos anos 1930, que resultou na Intentona Comunista de 1935.

Segundo Héglio Trindade:

“Vargas tolerava e, em certos momentos, incentivava os integralistas, por ver neles um instrumento de combate ao comunismo e uma reserva de mobilização nacionalista” (TRINDADE, 1979, p. 187).

Em 1937, os integralistas resolveram dar apoio ao governo Vargas na instauração da ditadura, por meio do plano Cohen, redigido por um integralista, o então capitão do Exército Olímpio Mourão Filho, que consistiu em um documento falso que denunciava uma suposta ameaça comunista. Diante da existência de um plano para tomada de poder naquele ano, Vargas utiliza o documento como pretexto para dar o golpe de estado e implementar a ditadura do Estado Novo em novembro de 1937.

Segundo o historiador Boris Fausto:

Em fins de setembro [de 1937], o país foi sacudido pela divulgação do chamado Plano Cohen, um falso plano comunista de insurreição, que previa desde incêndios e saques até o extermínio de inimigos políticos e a instalação de um governo soviético no Brasil. O plano foi falsificado por elementos integralistas, com a cumplicidade de

setores militares e do próprio governo Vargas (FAUSTO, 1999, p. 312).

Os membros da AIB tinham esperança de ocupar espaços no governo Vargas, diante do apoio inicial, mas foram surpreendidos com a decisão do governo em fechar o congresso, extinguir todos os partidos políticos e suspender as liberdades individuais. Em resposta, os integralistas planejaram um levante armado contra o governo de Vargas em 11 de 1938, o plano não obteve sucesso e seus participantes foram presos, o ocorrido ficou conhecido como levante integralista. Posteriormente, mesmo sem ter participado da trama do ataque à sede do governo, Plínio Salgado foi preso e depois encaminhado para o exílio, em Portugal, que estava sob a ditadura de Salazar.

De acordo com Odilon Caldeira Neto:

A ruptura definitiva ocorreu quando Vargas fechou todas as agremiações políticas e os integralistas, ao perceberem-se traídos, tentaram um levante mal-sucedido contra o governo que haviam ajudado a consolidar (CALDEIRA NETO, 2020, p. 133).

Ao retornar para o Brasil, Plínio fundou um novo partido o PRP, por ele conseguiu ser eleito deputado federal em 1958 pelo estado do Paraná, com a instauração da ditadura militar pelo golpe de 1964, Salgado aderiu ao Partido da Arena, partido da ditadura, com isso o movimento integralista foi perdendo forças, embora permaneça até os dias atuais.

A Guerra Fria possibilitou que a extrema direita continuasse com a propagação de seus ideais tanto no Brasil como na Europa, utilizando da criação de um cenário de terror e medo na população, por meio de uma suposta ameaça comunista, utilizada pelos países capitalistas para alienar a população e manter a legitimidade do sistema capitalista.

No Brasil, esse discurso de ameaça de uma revolução comunista foi novamente utilizado em 1964 para destituir o governo legítimo de João Goulart e parar com as reformas de base defendidas pelos governistas, que visavam fazer profundas transformações sociais, econômicas e políticas na realidade brasileira, reduzindo as desigualdades existentes no país, através de uma maior participação do Estado, entre as mudanças propostas pelo governo estava a reforma agrária, que tinha o propósito de diminuir os combates por terras e proporcionar para milhares de trabalhadores o sonhado acesso às terras. Dentre as mudanças propostas pelo governo estavam:

A reforma agrária, para distribuir a terra, com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo. A reforma urbana, para planejar e regular o crescimento das cidades. A reforma bancária, com o objetivo de criar um sistema voltado para o financiamento das prioridades nacionais. A reforma tributária, deslocando a ênfase da arrecadação para os impostos diretos, sobretudo o imposto de renda progressivo. A reforma eleitoral, liberando o voto para os analfabetos, que então constituíam quase metade da população adulta do país. A reforma do estatuto do capital estrangeiro, para disciplinar e regular os investimentos estrangeiros no país e as remessas de lucros para o exterior. A reforma universitária, para que o ensino e a pesquisa se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais. (REIS, 2005, P.13).

Tais reformas receberam forte apoio popular, enquanto setores mais conservadores da população tiveram a seguinte reação:

Todos sentiam obscuramente que um processo radical de redistribuição de riqueza e poder na sociedade brasileira, em cuja direção apontava o movimento reformista, iria atingir suas posições, rebaixando-as. E nutriam um grande Medo de que viria um tempo de desordem e de caos, marcado pela subversão dos princípios e dos valores, inclusive dos religiosos. A idéia de que a civilização ocidental e cristã estava ameaçada no Brasil pelo espectro do comunismo ateu invadiu o processo político, assombrando as consciências. (REIS,2005, P.14).

Os militares aproveitaram esse cenário de medo com uma eventual revolução comunista diante dessas medidas defendidas pelo governo Goulart, bem como o apoio dos empresários brasileiros, de parte da mídia e da igreja católica, que já tinha uma relação com o pensamento extremista de direita desde a década de 30, com os integralistas, destituem um governo legítimo e instituem uma ditadura militar.



**Figura SEQ Figura 1ª ARABIC 2 - Manifestantes na  
marcha pela liberdade em 19 de março de 1964 na Praça  
da Sé, em São Paulo**

Fonte: Arquivo Nacional/Correio da Manhã (1964)

**Figura 3 - Apoiadores das reformas de base se reuniram na Central do Brasil para ouvir o discurso de Jango em defesa das reformas**



Fonte: Arquivo Nacional/Correio da Manhã (1964)

Ao contrário dos movimentos ideológicos da década de 1930, como o integralismo, o regime militar proporcionou à extrema direita governar diretamente, com apoio das Forças Armadas, do empresariado, de setores da imprensa, da Igreja Católica conservadora e de potências estrangeiras, entre elas os Estados Unidos, que tinha o medo do Brasil ser uma nova Cuba.

Como destaca Rodrigo Patto Sá Motta:

O golpe de 1964 representou, sobretudo, a vitória das alas mais conservadoras e autoritárias do Exército e de setores civis ligados ao empresariado, à Igreja Católica tradicional e à classe média urbana anticomunista (MOTTA, 2014, p. 45).

Apesar do regime se intitular oficialmente como anticomunista e nacional-desenvolvimentista, no centro das Forças Armadas e dos órgãos de repressão agiam grupos radicais, que podem ser claramente caracterizadas como de extrema direita, entre eles o comando de caça aos comunistas. Esses setores não apoiavam exclusivamente a exclusão política da oposição, mas também a eliminação física de “inimigos internos”, compreendendo militantes de esquerda,

sindicalistas, intelectuais, artistas e qualquer um que representasse ameaça à ordem estabelecida.

O método repressivo adotado pelo regime foi arquitetado por meio chamada DSN, importada dos EUA e adequada ao contexto latino-americana. Nela, a “segurança” do Estado era colocada acima das liberdades civis, e o combate ao inimigo interno principalmente comunistas, progressistas e ativistas sociais, era visto como conflito justificado para assegurar a ordem social.

A Doutrina de Segurança Nacional justificava a repressão política em nome da defesa da ordem e da soberania, transferindo para as Forças Armadas a função de polícia ideológica, legitimada pelo combate permanente a um suposto inimigo interno — o comunismo e seus aliados” (MOTTA, 2014, p. 57).

A DSN estabeleceu uma perspectiva maluca da política, na qual qualquer crítica ao governo podia ser entendida como ameaça real. Esse pensamento estimulou uma cultura institucional de autoritarismo que ultrapassava o campo militar e influenciou largamente a sociedade.

O ápice da radicalização do regime aconteceu após o Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 1968, que suspendeu garantias constitucionais, como habeas corpus, legalizou a repressão e censurou drasticamente a imprensa e o meio artístico. A partir desse momento, a repressão sistemática foi potencializada com a criação e fortalecimento de órgãos como o DOPS e o DOI-CODI.

Essas instituições, ligadas ao método da segurança nacional, foram encarregadas a realizarem torturas, desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais. Agentes como Carlos Alberto Brilhante Ustra tornaram-se símbolos da repressão e foram posteriormente exaltados por representantes da extrema direita atual, como no voto do então deputado Jair Bolsonaro<sup>4</sup> na aceitação do processo de impeachment da presidenta Dilma.

Para D’Araújo:

A repressão durante a ditadura militar foi marcada por uma violência sistemática que tinha como objetivo principal neutralizar qualquer forma de oposição ao regime, utilizando-se de prisões arbitrárias, tortura e assassinatos (D’ARAÚJO, 2003, p. 72).

---

<sup>4</sup> **Coronel Ustra, homenageado por Bolsonaro como ‘o pavor de Dilma Rousseff’, era um dos mais temidos da ditadura.** Disponível em : <https://extra.globo.com/noticias/brasil/coronel-ustra-homenageado-por-bolsonaro-como-pavor-de-dilma-rousseff-era-um-dos-mais-temidos-da-ditadura-19112449.html>. Acessado no dia 12 de junho de 2025.

Segundo Odilon Caldeira Neto comenta:

A cultura anticomunista, tão presente na tradição autoritária brasileira, encontrou seu ápice institucional na ditadura militar, onde a repressão de extrema-direita se estruturou dentro do próprio Estado (CALDEIRA NETO, 2020, p. 201).

A ditadura militar com o passar dos anos vai sofrendo desgastes , perdendo o apoio dos setores liberais e da igreja , diante das ações autoritárias implementadas pelos militares , dentre elas cassação dos partidos políticos, censura, suspensão do habeas corpus para crimes políticos e contra a segurança nacional , a ordem econômica e social. Além do mais, a economia brasileira ficou estagnada , não apresentando bons resultados , situação que piora diante da crise do petróleo ocorrida na década de 70 , o que resultou numa elevação da nossa dívida externa , descontrole inflacionário e arrocho salarial.

A Lei da Anistia ocorrida em 1979 representa o início do processo de encerramento do regime ditatorial, embora o término tenha ocorrido somente em 1985 e por meio de eleições indiretas, através de colégio eleitoral, já que a emenda Dante Oliveira, visava assegurar que a escolha do 1 presidente após regime militar fosse realizada pela população por meio de eleições diretas.

Mesmo com o fim formal da Ditadura em 1985, muitos dos valores e estruturas autoritárias continuaram presentes, isso porque a Lei da Anistia impediu o julgamento de militares e agentes civis responsáveis por crimes contra os direitos humanos. Isso impossibilitou a responsabilização e propiciou que a memória oficial fosse disputada, criando espaço para discursos revisionistas que ainda hoje negam ou minimizam os crimes do regime.

Segundo Ferreira:

A abertura política no Brasil foi controlada pelos militares e negociada com setores conservadores da oposição civil, sem que houvesse uma ruptura institucional significativa. Esse processo permitiu a permanência de práticas autoritárias e a continuidade de lideranças e ideias reacionárias no cenário político nacional (FERREIRA, 2003, p. 122).

Esse ambiente gerou terreno fértil para o ressurgimento da extrema direita décadas depois, agora sob novas perspectivas, mas com o mesmo eixo discursivo: anticomunismo, exaltação da força militar, desqualificação das instituições democráticas e culto à ordem e à autoridade.

Com o processo de redemocratização em curso e diante da experiência autoritária da ditadura militar, o pensamento de extrema direita foi perdendo espaço na sociedade brasileira, embora não tenha sido extinto, que vivenciou um período de certa normalidade democrática, com as disputas entre PSDB e PT para governar o país.

Porém, esse cenário é alterado em meados de 2013, quando os brasileiros saem às ruas para protestar por melhorias no transporte público, passe livre, melhorias na saúde e educação, contra o sistema político brasileiro, redução do preço das passagens, que tinham acabado de serem aumentadas em algumas capitais brasileiras. A extrema direita aproveita esse cenário, diante da fragilidade do governo em atender as demandas, retornou às ruas e conseguiu conquistar seu espaço e retornar a ter relevância no cenário político brasileiro.

### **3. A CRISE DO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO E O RESSURGIMENTO DA EXTREMA DIREITA NO PAÍS.**

O intervalo percebido entre os anos de 2013 e 2018 simboliza um período de intensa instabilidade política e econômica, marcado pelo declínio da ordem democrática produzida a partir da Constituição de 1988. Esse período é caracterizado por crises econômicas, escândalos de corrupção, polarização ideológica e desconfiança coletiva no que diz respeito às instituições democráticas. A instabilidade desse cenário instaurou o caminho para o aparecimento de falas autoritárias e movimentos de extrema-direita no país, consumando com a chegada de Jair Bolsonaro na presidência da República em 2018

Este capítulo tem por objetivo examinar os componentes que colaboraram para esse processo, com destaque nas manifestações de junho de 2013, na Operação Lava Jato e no papel realizado pelas instituições e pela grande mídia na formação de um ambiente benéfico ao crescimento do bolsonarismo.

#### **3.1 A jornada de junho e a eleição de 2014**

O fim da ditadura militar inaugurou um novo período democrático no Brasil comumente chamado de Nova república, cujo sistema político ficou marcado por uma consonância entre o executivo e o legislativo por meio de distribuição de cargos, verbas públicas e emendas parlamentares, com o intuito de garantir a criação de uma maioria parlamentar, com o objetivo blindar o executivo. Os governos petistas aproveitaram a construção dessa maioria parlamentar para realizar pequenas reformas que possibilitaram a redução da pobreza, bem como a ascensão de milhares de brasileiros a classe média, isso sem propor mudanças radicais na ordem econômica vigente.

Porém, em junho de 2013 esse cenário começa a mudar, quando tem início um gigantesco movimento de massas, que possibilitou a realização de algumas das maiores manifestações da história recente do país.

As chamadas Jornadas de Junho de 2013, que tiveram início como protestos contra o aumento das tarifas de transporte público, rapidamente se converteram em manifestações de múltiplas pautas, muitas vezes contraditórias, refletindo a crise de representatividade e a fragilidade das instituições políticas.

Setores ligados mais à direita e partidos de oposição com viés conservador veem uma oportunidade de utilizar as manifestações para desgastar e enfraquecer o

governo, visto que em 2014 ocorreria a eleição presidencial e enfrentar um governo mal avaliado, poderia finalmente encerrar a hegemonia política-eleitoral criada pelo PT e seus aliados, que estavam no comando do país desde 2003.

Conforme observa Singer (2018, p. 63):

“as jornadas de junho de 2013 inauguraram um ciclo de instabilidade política que abriria caminho para o fortalecimento da direita radical no país”.

De acordo com o autor, a ausência de liderança clara e a difusão das pautas possibilitaram que setores conservadores introduzissem suas reivindicações, ligando a crise de serviços públicos a discursos moralistas, anticomunistas e antipetistas.

A esquerda institucional, representada amplamente pelo PT, que governava o país, foi surpreendida pelo tamanho e pelo tom das manifestações. Como aponta Safatle (2015), a inaptidão do governo Dilma Rousseff de debater com as reivindicações populares e posteriormente a repressão policial aumentaram a distância entre as bases sociais progressistas e o Estado, iniciando um processo de desarticulação dos movimentos de esquerda e de destruição de sua capacidade de mobilização.

Essa conjuntura é marcada pelo desapontamento da juventude com a democracia liberal e a falência dos modelos clássicos de representação política, que no Brasil, pode ser entendido, principalmente após ascensão do PT ao poder, que tiveram seus governos marcados por uma forte participação do Estado, realização de políticas distributivas com intuito de reduzir drasticamente a desigualdade social do país, uma democracia de baixa intensidade.

**Figura 4 - Manifestantes tomam a Frente do Congresso Nacional, em junho de 2013**



Fonte: Valter Campanato/Agência Brasil(2013)

Associado à crise do modelo político, no cenário externo, o governo vai sofrer os efeitos prolongados da crise econômica iniciada em 2008, como também com as mudanças na ordem mundial, diante da perda da influência estadunidense.

Além disso, no âmbito interno, o governo não consegue atender as demandas surgidas na sociedade diante das manifestações, mantendo uma política conciliatória na tentativa de recuperar o espaço perdido ao longo de 2016, já que antes das manifestações o governo tinha uma aprovação em torno de 60 % e a aprovação pessoal da presidenta era quase de 80%, a maior aprovação de um mandatário em 1º mandato<sup>5</sup>, desde a redemocratização. Nessa mesma pesquisa, a parcela da população que avaliavam o governo melhor do que o seu antecessor era de 20%, enquanto 61% avaliavam como iguais e 18 % consideravam pior. Posteriormente, após o início das jornadas de 2013, a avaliação negativa do governo supera a positiva pela 1 vez, indo a 49%<sup>6</sup>

Porém, a estratégia da oposição de aguardar as eleições, diante da queda de apoio popular vivenciada pelo governo, pois seria o caminho mais fácil para retornar o comando do país, não funcionou, o governo conseguiu recuperar sua

<sup>5</sup> **Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/ Ibope.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.html>. Acesso no dia 28 de maio de 2025.

<sup>6</sup> **Avaliação negativa de Dilma vai a 49% e supera positiva, diz CNI/Ibope.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/07/25/dilma-pesquisa-cniibope.html> . Acessado no dia 28 de maio de 2025.

popularidade e nas eleições presidenciais de 2014, as mais disputadas desde 1989, a presidenta Dilma Rousseff acabaria sendo reeleita, derrotando Aécio Neves, ex-governador de Minas Gerais.

Esse cenário pegou de surpresa os analistas que diante dos protestos realizados no ano anterior esperavam que o sentimento de mudança que ecoou nas manifestações fosse acontecer também no cenário presidencial, entretanto, novamente a disputa ocorreu entre as coligações de partidos lideradas pelo PT e PSDB, com Dilma sendo reeleita por uma vantagem estreita<sup>7</sup>.

### **3.2 Do governo Dilma II ao Golpe de 2016: fortalecimento do discurso anti esquerda**

Diante desse cenário de divisão do país, já que a diferença entre os candidatos foi de pouco mais 3%, enquanto o governo reeleito tentava reorganizar sua base de apoio no congresso, diante das alterações ocasionadas pela disputa eleitoral, já que os dois maiores partidos da base aliada tiveram redução de suas bancadas, perante o aumento de congressistas com um perfil mais conservador, com objetivo de recuperar o pacto de sustentação política elaborado nos governos anteriores do PT, por meio da nomeação de pessoas com perfil mais conservador, na tentativa de agradar a base.

A oposição, liderada pelo PSDB, vai apostar na manutenção da polarização política oriunda das urnas, gerada pela não aceitação do senador Aécio Neves e do PSDB em reconhecerem a derrota na eleição, chegando ao ponto de contestar o resultado na justiça, ingressando com um pedido de auditoria das urnas, posteriormente ingressando com uma AIJE, com intuito de cassar a chapa vencedora, em virtude de doações irregulares durante a campanha.

O governo passa a ficar isolado, diante do fracasso na tentativa de recompor sua base para garantir governabilidade, como também passa a enfrentar insatisfação de setores do próprio partido e da esquerda com a condução desse novo mandato, principalmente diante da opção por medidas de austeridade econômica que são opostas aos compromissos manifestados durante o pleito eleitoral, ocasionando numa implosão da base social de apoio aos governos petistas.

---

<sup>7</sup> **Dilma derrota Aécio na eleição mais disputada dos últimos 25 anos.** Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/26/politica/1414362936\\_748118.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/26/politica/1414362936_748118.html). Acessado no dia 28 de maio de 2025.

Além disso, o governo enfrentava ainda uma campanha massiva de oposição dos principais meios de comunicação do país, combinado com o desenrolar da Operação Lava Jato, iniciada em 2014, com objetivo de investigar um esquema de desvios de recursos na Petrobrás, realizando novas denúncias e prisões decorrentes do esquema, a piora econômica, com encolhimento do PIB e aumento da taxa de desemprego, bem como a crise política levaram ainda nos primeiros meses de 2015, ocorrência de diversas manifestações contra o governo, liderados por movimentos como o MBL e Vem Pra Rua, que passaram a defender o impeachment da presidenta, relacionando o PT e o governo com um projeto de implementação do comunismo no país, bem como os culpados pela corrupção e crise econômica vivenciada.

**Figura 5 Manifestação contra o governo Dilma e em defesa da lava jato, em São Paulo**



Fonte:Alexandre Moreira/G1 (2016)

A conjuntura ficou insuportável no início do ano de 2016, mais denúncias de corrupção, delações premiadas, vazamentos de ligações telefônicas, perda de apoio popular, derrotas no congresso, com as chamadas pautas bombas e um exagerado ataque da grande imprensa, isolou ainda mais o governo Dilma, dando fôlego aos

protestos de rua que exigiam o impeachment da presidenta, cujo admissibilidade tinha sido aprovada no final de 2015 pelo então presidente da câmara, Eduardo Cunha, deputado de base evangélica e um dos grandes responsáveis pelo avanço das pautas conservadoras no Congresso Nacional, após os deputados do PT votarem pela cassação do deputado no conselho de ética da Câmara dos deputados.

Ao mesmo tempo, a polarização e a radicalização políticas cresciam exponencialmente no país.

Para Almeida (2019, p. 113):

“a crise política e a recessão econômica pavimentaram o caminho para a ascensão de discursos de extrema direita, que prometeram romper com a velha política e restaurar a ordem moral e econômica”.

Um fator relevante nessa crise foi a polarização do judiciário, MP e da PF, que constantemente durante esse período ultrapassaram seus limites constitucionais, praticando atos e procedimentos ilegais, referenciado pelo apoio popular e da mídia, que tratavam os membros do MP e o então juiz da Lava Jato Sérgio Moro como heróis do país e por um bem maior, que seria fazer uma limpeza da política brasileira, principalmente acabando com o PT, estava autorizado desrespeitar direitos e garantias constitucionais, entre elas a presunção de inocência, a condução coercitiva do Lula, autorizada pelo Moro, é o grande exemplo dessas irregularidades praticadas, visto que o ex-presidente nunca tinha negado prestar depoimento.

Para Amaral e Madeira (2019), a Lava Jato teve uma atuação fundamental para criminalização da política, ao retratar a atuação política como pertinentemente corrupta e ao realçar discursos moralistas que depreciam as mediações democráticas.

Figura 6 - Capa da Revista Isto é sobre o depoimento de Lula para o então juiz Sérgio Moro



Fonte: Revista Isto é (2017)

Figura 7 - Capa da Revista Veja retratando o primeiro encontro presencial entre Moro e Lula



Fonte: Revista Veja (2017)

Além do mais, descobertas reveladas posteriormente sobre o desempenho parcial de parte do Judiciário e do MP, revelada nas reportagens divulgadas pelo The Intercept Brasil (2019), comprovaram que a operação foi instrumentalizada com fins

político, no intuito de fragilizar o governo e possibilitar sua saída, o que não esperavam era criar o caminho para conduzir Bolsonaro à presidência.

O impeachment, golpe parlamentar, foi autorizado em 17 de abril de 2016, com o voto favorável de 367 deputados, sendo a então presidenta afastado em maio, após os senadores aprovarem a abertura do processo no Senado federal, assumindo interinamente Michel Temer. O afastamento definitivo da presidenta ocorreu em agosto daquele ano, quando os senadores aprovaram seu impeachment, mas asseguraram a manutenção dos seus direitos políticos

Segundo Aquino e Vannucchi (2021, p. 142):

“o impeachment de Dilma Rousseff não representou apenas uma disputa institucional, mas também a legitimação de um discurso de ódio contra a esquerda e as instituições democráticas”.

Esse processo não acabaria com a crise política, pelo contrário ocorreria um agravamento, visto que o processo foi eivado de vícios e o substituto não tinha nenhum base social para garantir uma estabilidade. É nesse período também que algumas figuras e grupos claramente antidemocráticos, defensores da intervenção militar e impulsionadores de discursos com intolerância política, racial, religiosa e de gênero, adquiriram destaque no cenário político brasileiro.

### **3.3 O Governo impopular do Temer e as reformas liberais**

A ascensão de Michel Temer à presidência, em 2016, após o processo de golpe de Dilma Rousseff, demonstrou o aumento da crise política e institucional que o Brasil encarava desde 2013. Apesar do instituto do impeachment está previsto em nossa carta magna, a retirada do poder da Dilma não tinha respaldo legal, visto que inexistia crime de responsabilidade, sendo assim o governo Temer tomou posse perante intensa oposição social e rodeado de imputações de ilegitimidade, seja por causa do processamento questionável de destituição de Rousseff, como também diante da inexistência ausência de respaldo popular, já que não tinha sido eleito para ocupar a presidência da República. Temer deixou o governo com índices de aprovação inferiores a 5% (DATAFOLHA, 2018).

No cenário político, o governo Temer defendeu um programa de reformas neoliberais, exatamente ao contrário do plano de governo eleito em 2014, com ênfase para a Emenda Constitucional 95, que estabeleceu um teto de gastos públicos, congelando investimentos sociais por vinte anos, a reforma trabalhista de 2017, que flexibilizou direitos estabelecidos na CLT, além do desmanche das políticas sociais executadas nos governos anteriores, como a valorização real do salário

mínimo. Esse cenário de regresso social enfraquecimento de direitos provocou a atuação de movimentos conservadores e fundamentalistas religiosos, que passaram a ocupar o debate público.

Segundo Singer (2018), essas medidas agravaram a crise de representatividade e afastamento entre as instituições e a população, corroborando com o entendimento de que o sistema político se encontrava apropriado por interesses privados.

Para Odilon Caldeira Neto (2020, p. 265):

“O recuo de garantias sociais e o esvaziamento do campo progressista durante o governo Temer abriram espaço para o avanço da nova extrema-direita, que passou a vocalizar discursos autoritários e moralistas com maior intensidade”.

#### **Figura 8- Premiação dos Brasileiros do Ano pela Revista Isto é**



Fonte: Diego Padgurschi/ folhapress(2016)

O governo Temer apareceu comprometido em diferentes escândalos de corrupção, abrangendo denúncias diretas contra o presidente no exercício do cargo, como o episódio das gravações com o empresário Joesley Batista. A sobrevivência política de Temer garantida por negociações com o Congresso Nacional e setores do Judiciário, sustentando a descrença institucional e a opinião de impunidade seletiva

(AVRITZER, 2019), visto que os deputados federais rejeitaram por duas vezes prosseguimento de denúncia realizada pelo PGR contra o presidente.

Além disso, o governo é marcado também pela repressão violenta as manifestações populares convocadas pelos movimentos sociais e oposição, como o caso da greve geral de abril de 2017, contra a reforma trabalhista e da previdência, enquanto a trabalhista foi aprovada, a da previdência, diante da pressão popular, foi deixada de lado.

É nesse ambiente de aumento da desconfiança popular em relação à classe política, que os grupos extremistas fortaleceram a mobilização digital, passando a agir de maneira coordenada nas redes sociais como WhatsApp, Facebook e YouTube.

Esther Solano (2019, p. 42) ressalta:

Foi durante o governo Temer que se consolidou a radicalização digital da nova direita brasileira, organizando comunidades virtuais que articulavam discursos de ódio, desinformação e ataques às instituições democráticas.

Esse ambiente de encolhimento econômica, extinção de direitos sociais, impopularidade governamental e crise de legitimidade beneficiou a radicalização do discurso antipolítica e o avanço da extrema-direita, assegurando a vitória de Bolsonaro em 2018.

### **3.4 O papel das mídias tradicionais e dos meios digitais**

Enquanto setores da mídia tradicional, apesar de adotarem uma postura crítica à extrema direita em seus editoriais, colaboraram indiretamente para seu avanço ao assumirem uma postura de criminalização da política, principalmente durante a cobertura da Lava Jato e do golpe parlamentar de 2016.

Exemplo dessa conduta é a Rede Globo, que atuaram como autores de mobilização contra o governo petista e como legitimadores do discurso anticorrupção, constantemente adotando uma postura editorial tendenciosa. Conforme Marques e Miola (2019), a cobertura jornalística da Lava Jato e do golpe foi caracterizada por uma parcialidade, com viés político, colaborando para o enfraquecimento da cultura democrática e para a divulgação de narrativas autoritárias.

Por outro lado, o ambiente digital exerceu um papel central no rearranjo do cenário político no Brasil. Plataformas como Facebook, YouTube, Twitter e

WhatsApp viraram os principais canais de informação (e desinformação) de parte significativa da população. Esses ambientes possibilitaram a difusão discursos polarizados, teorias da conspiração, revisionismo histórico e ataques sistemáticos a figuras políticas, movimentos sociais, principalmente ligados a esquerda, e instituições democráticas.

A atuação da extrema direita brasileira contemporânea se difere, em relação às experiências passadas, pelo uso intensivo das redes sociais digitais. Plataformas como Facebook, Twitter, YouTube e WhatsApp transformaram-se nos principais espaços de mobilização, recrutamento e difusão de ideias autoritárias, antidemocráticas e excludentes.

A extrema direita aproveitou desse ambiente sem legislação para propagar desinformação e discursos de ódio, principalmente contra a esquerda e as minorias. Segundo Cesarino (2020), o trabalho desempenhado pelas redes bolsonaristas no ambiente digital antecedeu no Brasil, estratégias de comunicação política apoiadas na propagação rápida de fake news e na mobilização afetiva das massas.

Segundo Cas Mudde (2019), a extrema direita contemporânea age de maneira descentralizada e se aproveita da lógica algorítmica das redes sociais, que favorece conteúdos sensacionalistas, polêmicos e emocionalmente carregados. No Brasil, esse fenômeno foi intensificado pela atuação de influenciadores digitais, canais conservadores e grupos de WhatsApp que mobilizaram milhões de pessoas em torno de pautas antissistema.

Métodos de comunicação digital foram utilizados de modo sistemático, com uso de memes, vídeos curtos, fake news, ataques coordenados e algoritmos de engajamento. Essa atuação direta, rápida e personalizada substituiu o papel dos agentes tradicionais (como partidos e imprensa), possibilitando que a extrema direita comunicasse diretamente com seu público-alvo.

Nemer (2021, p. 94) destaca que:

as redes sociais não apenas amplificaram os discursos de ódio e desinformação, mas também criaram novas lideranças e influenciadores digitais que moldaram o imaginário político de parte significativa da população.

Nesse ambiente, narrativas anticomunistas, conspiratórias e moralistas viraram preponderantes, facilitando a ascensão de candidaturas de extrema direita nas eleições de 2018.

Estudos apontam que o sucesso da campanha bolsonarista em 2018 é resultado, significativamente, por causa dessa estratégia digital, com a formação de uma “bolha ideológica” onde desinformações passam sem contestação e reforçam narrativas de ódio e exclusão.

Portanto, a deslegitimação da política institucional, ocasionada pela mídia tradicional, acrescentada da sua influência e das redes sociais, desenvolveu a ideia de que o Brasil necessitava de um rompimento com a "velha política", que representava a corrupção e o atraso do país, abrindo caminho para lideranças de extrema direita que se identificaram como agentes dessa mudança.

#### 3.4.1 A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS PELO BOLSONARO

Bolsonaro iniciou sua atuação nas redes sociais em junho de 2013, com criação de sua conta no facebook, no meio das jornadas, com o objetivo de capturar a insatisfação de setores da população com os governos do PT e os esquemas de corrupção. Usando vídeos caseiros, memes e postagem polêmicas, Bolsonaro estabeleceu uma base crescente de seguidores, primeiramente no facebook e youtube.

Segundo Camila Rocha (2021, p. 66):

A extrema-direita brasileira, com Bolsonaro à frente, soube explorar de forma pioneira as redes sociais, criando perfis oficiais para capitalizar o sentimento antipolítica e antipetista, especialmente após as Jornadas de Junho de 2013.

Durante a eleição de 2018, Bolsonaro transformou suas redes sociais o centro de sua campanha, que deixou de participar dos debates televisivos, principalmente depois da facada, priorizando transmissões ao vivo, postagens diárias e interações diretas com o eleitorado por meio das suas contas pessoais.

Para Odilon Caldeira Neto (2020, p. 294):

As páginas pessoais de Bolsonaro nas redes sociais se tornaram o núcleo irradiador de sua campanha, articulando grupos digitais descentralizados e funcionando como fonte primária de legitimação política.

No decorrer do seu governo, Bolsonaro transformou suas redes no principal canal de comunicação oficial, diversas vezes preferiu realizar postagens no Twitter ou Facebook ao contrário de fazer pronunciamentos institucionais. Esse modelo, influenciado por Donald Trump, foi inédito no Brasil e possibilitou ao presidente evitar a imprensa tradicional e mobilizar diretamente sua base.

Depois de experimentar restrições e bloqueios em diversas plataformas, Bolsonaro e seus aliados, a partir de 2021, optaram por usar o Telegram como principal canal de comunicação, onde contavam com mais de 1 milhão de inscritos até o final de 2022. Através desse canal, foram difundidas teorias conspiratórias sobre fraudes eleitorais, mensagens contra o Judiciário e convocações para manifestações antidemocráticas.

Esther Solano (2019, p. 44) aduz que:

O bolsonarismo digital criou, por meio das contas oficiais do presidente, um ambiente permanente de campanha, de ataque às instituições e de radicalização política, sem precedentes na história democrática brasileira.

### **3.5 A Eleição de 2018: Consolidação de Bolsonaro e a legitimação da Extrema direita**

Jair Bolsonaro exerceu cargos políticos por quase trinta anos antes de ser eleito presidente da República em 2018, ficando por muito tempo à margem do debate político tradicional.

Durante sua carreira parlamentar, notabilizou-se por declarações polêmicas, elogios à ditadura militar, defesa da tortura e ataques a minorias, posicionamentos que o transformaram na figura de destaque entre setores militares, religiosos e conservadores, mas rejeitado pelo centro político.

A crise de 2014 a 2018, caracterizada por uma acentuada polarização e desgaste das instituições, gerou o ambiente favorável para seu crescimento. Bolsonaro, já tinha anunciado sua candidatura a presidência ainda em 2014, logo após a reeleição de Dilma, ele identificou-se como um homem comum, contrário ao sistema, mesmo com um longo histórico como deputado federal, defensor da família tradicional e da Ordem.

Baseando sua campanha em valores conservadores, como moralismo cristão, defesa do armamento civil, exaltação do regime militar e retórica antipetista, Bolsonaro fabricou sua imagem como o “antipolítico” determinado a encarar a corrupção e a “restaurar a ordem” no país, apoiando-se na difusão de informações falsas ou distorcidas, como a famosa fake news do kit gay. Bolsonaro conseguiu mobilizar eleitores insatisfeitos com a crise econômica, a corrupção e a violência urbana, além de setores conservadores ligados às igrejas evangélicas, ao agronegócio e às forças armadas.

Segundo Amaral e Madeira (2019), Bolsonaro soube perceber o sentimento de descontentamento popular com as instituições e aproveitar as oportunidades deixadas pelo vácuo de liderança política, colocando-se como o único com capacidade de afastar-se da chamada “velha política”, que tinha destruído o país.

Um ponto chave para o processo eleitoral de 2018 foi a fortalecimento do antipetismo como potência mobilizadora. Desde as manifestações de 2013 e principalmente após o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff, setores conservadores e liberais incentivaram a rejeição ao PT, relacionando o partido à corrupção, ao comunismo e à crise econômica.

A retirada do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva da disputa presidencial, depois de sua condenação em segunda instância e prisão em abril de 2018, em um processo totalmente parcial, eivado de vícios, também teve peso decisivo. Conforme Oliveira (2019), os institutos de pesquisas apontavam que Lula liderava com tranquilidade a corrida presidencial até sua inelegibilidade, e sua retirada beneficiou Bolsonaro como principal favorecido do sentimento antipetista.

Haddad, foi o nome escolhido para ser candidato do PT e substituir Lula nas urnas, a estratégia de associar o nome dele ao do ex-presidente rapidamente produz resultado e ele acaba indo para o segundo contra o Bolsonaro.

Como menciona Cesarino (2020), o núcleo de campanha bolsonarista aproveitou-se de uma linguagem simples, emocional e amparada na difusão em massa de fake news e conteúdos alarmistas, estratégia que neutralizou o controle da narrativa política pelos meios tradicionais e expandiu a abrangência de seu discurso. Essa metodologia caracterizou o que autores como Santos (2022) intitularam de “populismo digital autoritário”.

Além disso, as acusações de disparos em massa de mensagens falsas, examinadas pelo TSE, demonstraram a vulnerabilidade da legislação eleitoral diante das novas tecnologias de comunicação política e às campanhas de desinformação em grande proporção

No segundo turno, Haddad não teve sucesso em neutralizar a rejeição histórica concentrada no antipetismo e foi superficialmente relacionado, pelo núcleo da campanha bolsonarista, como continuidade do projeto petista de corrupção e que em caso de vitória retiraria o Lula da cadeia, ampliando a polarização e a o ódio da maioria do eleitorado. Bolsonaro acabou alcançado 55,13% dos votos válidos, contra 44,87 de Fernando Haddad.

A vitória significativa, visto que venceu por mais de 10% percentuais, estabeleceu a ascensão da extrema-direita no Brasil, iniciando uma nova jornada na política nacional caracterizada pela radicalização ideológica, ataques às instituições e ampliação de pautas ultraconservadoras.

De acordo com Solano (2020), a eleição de 2018 não sinalizou somente a alternância de poder, mas o aparecimento de um projeto autoritário e antidemocrático, fundamentado na desqualificação do sistema político, no menosprezo pela pluralidade e na hostilidade às instituições republicanas.

Os primeiros meses do governo Bolsonaro comprovaram essa inclinação, com tentativas de interferência no Judiciário, extinção de conselhos de participação social, ataques à imprensa, universidades e movimentos sociais. Conforme Kerche (2022), o pleito de 2018 pode ser avaliado não apenas como um resultado eleitoral, mas como a demonstração de uma ruptura simbólica e institucional, cujas consequências ainda se fazem sentir na democracia brasileira, como ocorrido no 8 de janeiro.

Segundo Frederico (2019, p. 178):

Bolsonaro deu voz a uma cultura política autoritária, patriarcal e antidemocrática, que sempre existiu na sociedade brasileira, mas que, até então, não havia encontrado espaço institucional de tal magnitude.

O discurso bolsonarista rememorou elementos da ditadura militar, enalteceu a repressão policial, atacou movimentos sociais e minorias e incentivou uma perspectiva ultranacionalista e moralizante da política.

A eleição de Bolsonaro também consolidou o bolsonarismo como fenômeno político-social, marcado por forte personalismo, desprezo pelas instituições democráticas, apelo às emoções e ao moralismo religioso e emprego constante das redes sociais para mobilização e ataque a opositores.

Segundo Casarões e Magalhães (2021), o bolsonarismo consiste em uma adaptação local das inclinações globais da nova extrema direita, marcando autoritarismo, populismo e antipluralismo.

Apesar da vitória eleitoral de Jair Bolsonaro simbolizar uma alteração expressiva do cenário político institucional, ela igualmente demonstra a continuidade de valores autoritários na cultura política brasileira. Schwarcz (2019, p. 72), argumenta que:

“o bolsonarismo não inventou o autoritarismo brasileiro, mas o reconfigurou e o institucionalizou no século XXI”.

Essa persistência histórica pode ser contemplada pela defesa da repressão policial, na criminalização de movimentos sociais, na naturalização da violência política e no enaltecimento da ordem e da moralidade cristã. Para Aquino e Vannucchi (2021), a extrema direita brasileira contemporânea moderniza discursos e práticas oriundas da ditadura militar, habituando aos métodos digitais e a conjuntura democrática, mesmo que num aspecto desordenado e tensionado.

#### **4. AS CONSEQUÊNCIAS PARA O AMBIENTE DEMOCRÁTICO DO BOLSONARISMO**

Conforme abordado no capítulo anterior, o crescimento da extrema direita, representada pelo bolsonarismo, no Brasil não se restringiu somente à sua vitória eleitoral em 2018, mas se produziu em uma série de modificações profundas no ambiente democrático nacional. Esse movimento político-social abalou diretamente a estabilidade das instituições republicanas, os direitos humanos, as políticas públicas e a convivência social.

Este capítulo observa, em síntese, as repercussões dessa conjuntura, expondo os embates com as instituições, sobretudo com ministros do STF e do TSE, a ampliação do discurso autoritário e seus desdobramentos, a condução desastrosa durante a pandemia, os retrocessos sociais proporcionados pelas políticas públicas da gestão Bolsonaro, a derrota eleitoral de 2022, por fim, o acontecimento do 08 de janeiro de 2023, bem como os desdobramentos da investigação que resultaram na revelação do plano golpista Punhal Verde Amarelo e posteriormente o julgamento da sua inelegibilidade pelo TSE, em virtude do abuso de poder econômico e político nas eleições de 2022.

##### **4.1 Os embates do governo Bolsonaro com as instituições**

Ao longo da gestão Bolsonaro como presidente do país, ocorreu uma ação coordenada de ataque às instituições democráticas, notoriamente a suprema corte e seus ministros, a imprensa e as universidades públicas e seus estudantes. Esses ataques aconteceram muitas vezes através de discursos e ações oficiais, bem como por meio da mobilização de seus apoiadores nas redes sociais.

No que se refere ao STF, Bolsonaro e seus apoiadores incessantemente culpavam os membros da corte de operar politicamente contra o seu governo, contestando a legitimidade das decisões e incentivando seus apoiadores a desobediência das decisões, como no discurso feito em 07 de setembro de 2021, em São Paulo, quando disse para militância que não obedeceria a nenhuma decisão mais do ministro Alexandre de Moraes.<sup>8</sup>

Como destaca Kerche (2022), o confronto entre o Executivo e o Judiciário transformou-se num aspecto importante da crise democrática brasileira, com o presidente incentivando manifestações populares contra os ministros e o STF, incluindo pautas golpistas.

A imprensa igualmente sofreu frequentemente com ataques do governo e de seus apoiadores. Matérias críticas, sobretudo as relacionadas a revelação de esquemas de corrupção de ministros, familiares e do próprio presidente, foram classificadas como “fake news” pelo próprio presidente e por seus apoiadores, ao passo que jornalistas enfrentaram situações de agressões verbais e físicas que aconteceram durante coberturas de manifestações<sup>9</sup> de apoiadores do presidente e em entrevistas do próprio Bolsonaro<sup>10</sup>. De acordo com dados da FENAJ (2022), o governo Bolsonaro liderou, em 2021, 147 ataques diretos à liberdade de imprensa, refletindo-se como o maior ofensor institucional da categoria desde a redemocratização. Essa liderança continuou em 2022, conforme dados fornecidos novamente pela FENAJ<sup>11</sup>, quando Bolsonaro foi responsável direto por 104 casos, representando 27,66% do total.

---

<sup>8</sup> **Bolsonaro ataca Alexandre de Moraes e diz que não cumprirá mais decisões do ministro do STF.** Disponível em : <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/07/bolsonaro-ataca-alexandre-de-morae-s-e-diz-que-ministro-tem-tempo-para-se-redimir-ou-se-enquadra-ou-pede-para-sair.ghtml>. Acessado no dia 06 de junho de 2025.

<sup>9</sup> **Jornalistas da Globo são expulsos de ato pró-Bolsonaro em BH.** Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/jornalistas-da-globo-sao-expulsos-de-ato-pro-bolsonaro-em-bh>. Acessado no dia 06 de junho de 2025

<sup>10</sup> **9 ataques de Bolsonaro a jornalistas — e quais os temas que levaram presidente a perder a linha.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52553647>. Acessado em 06 de junho de 2025.

<sup>11</sup> **Ataques diretos a jornalistas aumentaram em 2022, aponta Relatório da FENAJ.** Disponível em: <https://fenaj.org.br/ataques-diretos-a-jornalistas-aumentaram-em-2022-aponta-relatorio-da-fenaj/>. Acessado no 06 de junho de 2025

Por fim, as universidades públicas e seus estudantes, foram bastante atacadas e negligenciadas durante a gestão Bolsonaro. Sofrendo seguidos cortes orçamentários, campanhas de descredibilização e tentativas de cerceamento da liberdade acadêmica. O discurso do governo imputava as instituições de ensino superior de locais de “doutrinação ideológica” e de serem focos de oposição política<sup>12</sup>.

Como analisa Schwartzman (2021), o ataque às universidades simboliza um elemento autoritário clássico, que busca eliminar os locais de produção de conhecimento crítico e de resistência social.

## **4.2 As consequências do discurso autoritário do governo para os Direitos Humanos**

O discurso autoritário propagado pelo bolsonarismo, personalizado no saudosismo da ditadura militar, negação de violações históricas de direitos e estímulo à violência contra minorias, teve consequências diretas sobre os direitos humanos no Brasil. Como aponta Solano (2020), o governo Bolsonaro institucionalizou técnicas de exclusão e repressão aos que pensavam diferente, deslegitimando organismos e políticas voltadas à promoção de direitos civis, políticos e sociais.

Uma das características mais graves dessa conduta foi a extinção de conselhos participativos, como o CNDH, e o enfraquecimento de políticas de proteção à população indígena, LGBTQIA+, negra e de mulheres. Conforme relatório da Human Rights Watch (2023), ocorreu aumento nos índices de violência policial, de assassinatos de defensores de direitos humanos e de ataques a lideranças indígenas, gerando um ambiente de hostilidade e medo.

O discurso negacionista igualmente teve implicações sanitárias graves no decorrer da pandemia de Covid-19. A atitude do governo, fundamentada na desinformação, na oposição às medidas sanitárias e na divulgação de fake news, transformou, segundo Fiocruz (2021), em um agravamento das desigualdades sociais e em uma taxa de mortalidade superior à média global.

## **4.3 A péssima condução da Pandemia**

---

<sup>12</sup> **Bolsonaro diz que manifestantes contra cortes na educação são idiotas úteis e massa de manobra.** Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/2019/05/999819-bolsonaro-diz-que-manifestantes-contracortes-na-educacao-sao-idiotas-uteis-e-massa-de-manobra.html>. Acessado no dia 06 de junho de 2025

A pandemia de Covid-19 demonstrou de modo irrefutável as vulnerabilidades institucionais brasileiras e constatou as características autoritárias e negacionistas do governo de Jair Bolsonaro. A partir dos primeiros registros de casos no Brasil, em março de 2020, o presidente defendeu um posicionamento de desvalorização da magnitude da crise sanitária, o que prejudicou a habilidade de resposta do Estado e ampliou os impactos sociais, econômicos e humanitários da pandemia.

Bolsonaro menosprezou seguidamente a gravidade da doença<sup>13</sup>, desmotivou o uso de máscaras e o isolamento social, contestou a efetividade das vacinas e providenciou a defesa de medicamentos sem comprovação científica, como a cloroquina e a ivermectina, em suas lives para seus seguidores. Como apontam Hallal et al. (2021), o planejamento do governo fundamentou-se na propagação de desinformação e na rejeição das políticas sanitárias sugeridas por órgãos internacionais e pela comunidade científica.

Ademais, o governo federal postergou a obtenção de vacinas, rejeitando primeiramente ofertas de fabricantes como a Pfizer e o Instituto Butantan. Esse retardamento colaborou para o crescimento significativo do número de mortes no país. Segundo levantamento da Fiocruz (2021), a inexistência de uma coordenação nacional capacitada e a sabotagem às ações estaduais e municipais, principalmente as medidas que visavam assegurar que a população ficasse em casa, conduziram a uma crise sanitária incontrolada, gerando em pouco mais de 3 anos de pandemia, a morte de mais de 700 mil pessoas<sup>14</sup>.

A CPI da Covid-19, iniciada no Senado Federal em 2021, finalizou seus trabalhos constatando que Bolsonaro e membros de seu governo defenderam medidas determinadas de descumprimento das normas sanitárias, intensificando a tragédia humanitária. O relatório final da CPI (BRASIL, 2021) incriminou o presidente por crimes contra a saúde pública e sugeriu o seu indiciamento por crime contra a humanidade.

---

<sup>13</sup> **10 vezes em que Bolsonaro menosprezou a pandemia de Covid-19.** Disponível em: <https://www.dci.com.br/politica/10-vezes-que-bolsonaro-minimizou-a-pandemia-da-covid-19/104921/>. Acessado no dia 06 de junho de 2025

<sup>14</sup> **Após 3 anos da 1ª morte, Brasil chega à marca de 700 mil vítimas da Covid.** Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2023/03/28/brasil-chega-a-marca-de-700-mi-l-mortes-por-covid.ghtml>. Acessado no dia 06 de junho de 2025.

Essa administração inconsequente por parte do governo em relação a crise sanitária contou reflexos profundos sobre os direitos humanos, sobretudo das populações mais vulneráveis, como indígenas, moradores de favelas, trabalhadores informais e profissionais de saúde. Conforme análise de Solano (2020), o posicionamento negacionista do governo corroborou o menosprezo pelas vidas mais fragilizadas e fortaleceu a método autoritário e antidemocrático que caracterizou sua gestão.

A pandemia comprovou, destarte, não apenas a negligência institucional do governo Bolsonaro, mas também a forma como o bolsonarismo estimulou a crise para ampliar a desinformação, o descaso pelas instituições científicas e o discurso autoritário, fortalecendo o ambiente de polarização e de ataque à racionalidade pública.

#### **4.4 perdas sociais e a políticas públicas do governo Bolsonaro**

As políticas públicas realizadas na gestão do governo Bolsonaro caracterizam uma derrocada em áreas relevantes para o fortalecimento da democracia e da cidadania no Brasil. Ocorreu um desmantelamento em diversos programas sociais, fragilização de serviços públicos e descaso com as políticas ambientais e de proteção às minorias.

Na área social, o governo realizou o sucateamento de programas como o Bolsa Família que posteriormente foi encerrado e substituído por procedimentos menos eficientes e desequilibrado, como o Auxílio Brasil, que, segundo Campello e Neri (2022), necessitava de instrumentos de segurança social apropriados e de sinais de continuidade. Além do mais, a redução de gastos em políticas habitacionais, encerramento do Minha Casa Minha Vida<sup>15</sup>, que foi modificado pelo programa Casa Verde e Amarela, bem como a contenção de gastos com políticas educacionais e de saúde pública impactaram de forma direta as populações mais fragilizadas.

---

<sup>15</sup> **Bolsonaro zera verbas para Minha Casa, Minha Vida; obras de 200 mil casas vão ser paralisadas.** Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/bolsonaro-zera-verbas-para-minha-casa-minha-vida-obras-de-200-mil-casas-vaio-ser-paralisadas/>. Acessado no dia 10 de junho de 2025.

Em relação ao meio ambiente, o governo Bolsonaro proporcionou uma precarização dos órgãos de fiscalização, como o IBAMA e o ICMBIO, e estimulou condutas destrutivas na Amazônia<sup>16</sup>. Dados do INPE (2022), mostraram os maiores indicadores de desmatamento desde 2008, com ampliação expressiva de invasões a terras indígenas e de conflitos agrários.

Esses esfacelamentos nas políticas públicas das diversas áreas, como analisa Ribeiro (2022), representam uma política escolhida de eliminação do Estado de Bem-Estar Social, aumentando as desigualdades históricas e enfraquecendo o pacto democrático estabelecido pela Constituição de 1988.

#### 4.5 O aumento exponencial da violência política no país

A radicalização do discurso político e a polarização social são características ligados ao bolsonarismo. A deslegitimação organizada e constante das instituições, associada à mobilização contínua de militantes nas redes sociais, gerou um ambiente de constante tensão e de normalização da violência política.

Entre 2018 e 2022, o Brasil vivenciou diversos episódios de violência política, envolvendo ameaças, agressões físicas e assassinatos motivados por posicionamento político. Segundo levantamento da ONG Terra de Direitos (2023), os crimes de ódio e perseguições políticas ampliaram em 318% no período eleitoral de 2022.

O caso da morte do tesoureiro do PT que aconteceu em 09 de julho de 2022, é um exemplo representativo desse ódio político no país, quando o guarda municipal Marcelo Arruda foi assassinado por um apoiador de Bolsonaro por realizar sua festa de aniversário com temática em homenagem ao partido e ao presidente Lula<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> **Filme detalha como políticas de Bolsonaro estimulam garimpo na terra Yanomami.** Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/filme-detalha-como-politicas-de-bolsonaro-estimulam-garimpo-na-terra>. Acessado no dia 10 de junho de 2025.

<sup>17</sup> **Veja como foi o assassinato do tesoureiro do PT pelo apoiador de Bolsonaro, segundo a Polícia do PR.** Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/07/15/veja-como-foi-a-assassinato-do-tesoureiro-do-pt-pelo-apoiador-de-bolsonaro-segundo-a-policia-do-pr.ghtml>. Acessado no dia 19 de junho de 2025.

Outro caso com repercussão foi a recente morte da vereadora Elisane<sup>18</sup> Rodrigues do Santos do partido, em Formigueiro, na Região Central do Rio Grande do Sul, que foi encontrada morta com golpes de faca na manhã do dia 17 de junho, um dia depois da parlamentar participar de uma sessão na câmara que abordava exatamente sobre o bolsonarismo.

Conforme avaliação de Martins e Cunha (2023), o episódio destaca a proporção do desgaste institucional promovido pelo bolsonarismo, prejudicando gravemente a plenitude do sistema democrático e expondo o problema de acabar com os impactos de anos de desinformação, discurso de ódio e instigação à radicalização política.

#### **4.6 A Eleição de 2022: A disputa mais polarizada e equilibrada do período republicano**

A eleição presidencial de 2022 no Brasil caracterizou-se como uma das mais polarizadas e preocupantes da história republicana, diante da tensão criada no período pré-eleitoral. Enquanto, a candidatura à reeleição de Jair Bolsonaro correspondia a continuidade de uma proposta autoritária e de ataque às instituições democráticas; O retorno de Luiz Inácio Lula da Silva, que recuperou seus direitos políticos após ter suas condenações anuladas pela suprema corte ,diante da parcialidade e da incompetência da vara de Curitiba ,então comandada pelo ex-juiz Sérgio Moro ,cuja candidatura expressava , por meio da união de diversos partidos de diferentes ideologias partidárias, uma tentativa de reconstrução do pacto democrático brasileiro , que ruiu no processo de golpe de 2016.

Ao decorrer do processo eleitoral, contemplou-se o fortalecimento das táticas de desinformação, ataques pessoais e tentativas de deslegitimação do sistema eleitoral. Como aponta Cesarino (2022), o bolsonarismo aproveitou-se abundantemente das redes sociais e de aplicativos de mensagens para propagar fake news, produzindo narrativas conspiratórias sobre fraudes nas urnas eletrônicas e sensibilizando emocionalmente seus eleitores.

O próprio Bolsonaro adotou, desde 2021, após o STF anular os processos contra Lula e ele recuperar seus direitos políticos, um discurso organizado de

---

<sup>18</sup> **O que se sabe sobre o caso da vereadora do pt morta a facadas no RS.** Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-se-sabe-sobre-o-caso-da-vereadora-do-pt-morta-a-facadas-no-rs/>. Acessado no dia 19 de junho de 2025

desconfiança sobre a integridade do processo eleitoral, questionando publicamente a confiabilidade das urnas eletrônicas e do TSE. Esse discurso, segundo Kerche (2022), teve o propósito de gerar um ambiente político e simbólico que dificultasse concordar com resultado que fosse ruim ou desfavorável.

A campanha de Jair Bolsonaro reprisou a tática de 2018, fundamentada em comunicação direta via redes sociais, ataques a adversários e promoção de fake news. Como observam Cesarino (2022) e Ribeiro e Ortellado (2022), a campanha bolsonarista sustentou novamente na desqualificação da imprensa, no discurso antissistema e na mobilização emocional de temas morais e conservadores, como ideologia de gênero e segurança pública.

Segundo relatório da Coalizão Direitos na Rede (2022), as fakes news circularam de forma massiva em aplicativos de mensagens e redes sociais, com temas variados, como fraudes nas urnas eletrônicas e até conspirações internacionais contra o Brasil.

Por outro lado, a candidatura de Lula buscou identificar-se como um projeto de reconstrução nacional e pacificação política, procurando alianças ao centro e à direita, como a definição do ex-governador Geraldo Alckmin como candidato a vice-presidente.

Esse arco de alianças que o petista conseguiu, já que o Lula disputou a presidência com a maior coligação de partidos do país, representou a tentativa do petista de conseguir aumentar sua base de apoio para além da esquerda tradicional, visto que era necessário fazer aliança com setores da direita para restabelecer o pacto democrático e derrotar o autoritarismo bolsonarista.

A polarização acentuada dominou o debate público, afastando-se do espaço para propostas consistentes e estabelecendo o pleito eleitoral como um plebiscito entre continuidade do autoritarismo ou reconstrução do pacto democrático.

Simultaneamente, verificou-se a ampliação da violência política, com ameaças, agressões e assassinatos de apoiadores de ambas as candidaturas. Levantamento do OVPE (2022) demonstrou mais de 250 casos de violência política entre agosto e outubro, retratando um ambiente eleitoral tenso e de risco à plenitude do processo democrático.

O segundo turno da eleição foi realizado em 30 de outubro de 2022, Lula venceu a disputa com 50,9% dos votos válidos contra 49,1% de Bolsonaro. Um resultado apertado representou a complexa divisão política da população brasileira.

**Figura 9 - Lula comemora vitória com simpatizantes na Avenida paulista**



Fonte: Mais Goiás (2022)

A atitude do bolsonarismo em relação ao resultado das urnas foi rápida, com manifestações antidemocráticas, bloqueios de rodovias e posteriormente criaram acampamentos em frente a quartéis, exigindo por intervenção militar. A negação em reconhecer legitimamente o resultado eleitoral e admitir a derrota por parte de setores bolsonaristas e o silêncio demorado do Bolsonaro, sem cumprimentar o vencedor ou reconhecer a derrota, acentuaram o ambiente de instabilidade política e institucional.

A eleição de 2022 não interrompeu a crise democrática brasileira. Ao contrário, a polarização, a divulgação de desinformação e o questionamento das instituições incorporam-se como táticas políticas da extrema-direita.

A vitória de Lula, apesar de emblemática, principalmente pela forma que tentaram destruir sua carreira política, evidenciou um país extremamente dividido e com bases bolsonaristas mobilizadas.

Para Martins e Cunha (2023), a eleição de 2022 não demonstrou somente a resistência do bolsonarismo, uma vez que conseguiu uma significativa votação, aumentando o desempenho eleitoral em relação a eleição de 2018, visto que superou os 57 milhões de votos obtidos, conseguindo mais de 58 milhões, o que facilita a manutenção de suas bases mobilizadas, como também a vulnerabilidade do sistema democrático brasileiro perante os movimentos que questionam as regras do jogo democrático.

A mobilização golpista que terminaria nos ataques de 8 de janeiro de 2023 teve suas bases produzidas no discurso e nas medidas aplicadas no decorrer e depois do pleito acontecido em 2022.

#### **4.7 O caso da ABIN ‘paralela’ e do Gabinete do Ódio**

Um dos eventos mais graves do governo Bolsonaro foi a revelação da existência de um esquema informal de inteligência dentro do governo para realizar espionagem de adversários políticos, que ficou conhecida como ABIN paralela. A origem dessa organização foi revelada na Operação Última Milha e suas fases, incluindo a Vigilância Aproximada.

Segundo investigações realizadas, o grupo seria formado por aliados próximos ao presidente que teriam manuseado as organizações do Estado, como a própria ABIN, PF e a RFB, para fins pessoais, políticos e eleitorais.

O assunto veio à tona quando foi divulgado que relatórios e sistemas de monitoramento de localização por celular, como o FirstMile, teriam sido utilizados para espionar adversários políticos, jornalistas, juízes e até servidores públicos com posições distintas do governo. Além disso, existe suspeitas de que uma espécie de "ABIN paralela" foi criada para proteger aliados do presidente, interferir em investigações<sup>19</sup> e criar dossiês contra opositores<sup>20</sup>.

Em janeiro de 2024, a PF executou mandados referente a fase Vigilância Aproximada depois de constatar que organização criminosa se estabeleceu na ABIN com o objetivo de monitorar ilegalmente autoridades pública<sup>21</sup>. Em julho, na quarta fase da operação, cinco investigados foram presos<sup>22</sup>, compreendendo servidores da

---

<sup>19</sup> **Como Bolsonaro e filhos teriam sido beneficiados pela Abin Paralela.** Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/bolsonaro-abin-paralela-filhos>. Acessado no dia 19 de junho de 2025.

<sup>20</sup> **Veja em 5 pontos o que a operação da pf revelou sobre abin paralela.** Disponível em :<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/07/12/veja-em-5-pontos-o-que-a-operacao-da-pf-revelou-sobre-a-abin-paralela.ghtml>. Acessado no dia 19 de junho de 2025.

<sup>21</sup> **PF afirma que ‘Abin Paralela’ sob Bolsonaro tentou ligar Moraes e Gilmar ao PCC.** Disponível em : [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/01/pf-apura-se-abin-paralela-sob-bolsonaro-monitorou-ministros-do-stf-e-politicos.shtml?utm\\_source=chatgpt.com](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/01/pf-apura-se-abin-paralela-sob-bolsonaro-monitorou-ministros-do-stf-e-politicos.shtml?utm_source=chatgpt.com). Acessado no dia 19 de junho de 2025.

<sup>22</sup> **STF mantém prisão de cinco investigados no caso da ‘Abin paralela’.** Disponível em : [https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-07/stf-mantem-prisao-de-cinco-investigados-no-caso-abin-paralela?utm\\_source=chatgpt.com](https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-07/stf-mantem-prisao-de-cinco-investigados-no-caso-abin-paralela?utm_source=chatgpt.com). Acessado no dia 19 de junho de 2025.

ABIN e policiais federais, acusados de realizar dossiês, monitorar celulares e elaborar mensagens falsas contra ministros do STF, parlamentares e jornalistas.

Além do uso do software israelense, a PF também constatou o uso de ferramenta como microfones direcionais, drones, câmeras ocultas e malware para invadir e espionar alvos sem autorização judicial <sup>23</sup>.

Esse procedimento, além de ilegal, configura uma grave ameaça ao sistema democrático, pois desrespeita o princípio de separação entre o Estado e o governo, que é essencial para democracia moderna. O uso da máquina pública com intuítos pessoais ou políticos descaracteriza a função do Estado e demonstra uma mudança de uma administração pública para um regime com direcionamentos autoritários, no qual os mecanismos institucionais passam a atuar com o intuito de atender aos interesses pessoais e ideológicos da pessoa que ocupa o poder.

Autores como Levitsky e Ziblatt (2018) advertem que regimes autoritários contemporâneos não obrigatoriamente se instauram por golpes militares clássicos, mas sim por dentro das próprias instituições democráticas, por meio de sua captura e manipulação. O caso da ABIN paralela é um exemplo concreto de como isso pode ocorrer: ao desfigurar a legalidade e neutralidade de órgãos de Estado, gera-se um ambiente de insegurança jurídica e intimidação política incompatível com o Estado de Direito.

Além disso, o episódio compromete a credibilidade e a confiança nas instituições públicas, ao passo que enfraquece a autonomia dos órgãos de controle e inteligência, que deveriam funcionar com independência e em prol da sociedade. A instrumentalização do Estado com propósitos políticos também comprova uma das características da extrema-direita autoritária: a desconsideração aos limites institucionais e à legalidade democrática.

O relatório final da PF optou pelo indiciamento de 36 pessoas<sup>24</sup>, dentre elas, o do vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro, o do ex-diretor da Abin durante o governo Bolsonaro e atual deputado federal Alexandre Ramage, ambos do PL. Em

---

<sup>23</sup> **Sistema espião, câmeras escondidas e drones: como funcionava a 'Abin paralela'.**

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agenciastado/2024/07/11/sistema-espiao-cameras-escondidas-e-drones-como-funcionava-a-abin-paralela-segundo-a-pf.htm>. Acessado no dia 19 de junho de 2025.

<sup>24</sup> **'Abin Paralela': Veja a lista de indiciados e os crimes atribuídos a ele.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/abin-paralela-veja-a-lista-de-indiciados-e-os-crimes-atribuidos-a-ele/>. Acessado no dia 19 de junho de 2025.

relação ao ex-presidente Bolsonaro, a PF concluiu que existe indícios do crime de organização criminosa, mas não indiciou formalmente, pois Bolsonaro já responde por organização criminosa perante o STF em relação a ação penal sobre a tentativa de golpe de Estado.

Além da Abin paralela, o governo Bolsonaro criou um núcleo informal de comunicação, que ficou conhecido como “Gabinete do Ódio”, cuja função era conduzir a gestão da militância digital bolsonarista, divulgar constantemente notícias falsas, ataques aos adversários e às instituições democráticas, principalmente o STF. Esse grupo funcionava diretamente do Palácio do Planalto, sendo liderado pelos filhos de Bolsonaro, principalmente o vereador Carlos Bolsonaro, e assessores próximos.

O Gabinete do Ódio usava perfis falsos, redes de WhatsApp, páginas de Facebook e Twitter (X) para possibilitar campanhas de desinformação e incentivar ataques virtuais contra jornalistas, ministros do STF, lideranças de oposição e órgãos de imprensa. Inúmeras investigações da CPI das Fake News e inquéritos no STF demonstraram a existência de uma estrutura organizada com recursos públicos e servidores lotados no Planalto.

Segundo Esther Solano (2021, p. 74):

O bolsonarismo construiu uma máquina de propaganda digital baseada em desinformação, ódio e fabricação de inimigos, operacionalizada pelo núcleo informal conhecido como Gabinete do Ódio.

O desenrolar das investigações sobre os atos golpistas de 8 de janeiro evidenciaram a participação de integrantes da militância digital bolsonarista ligada ao Gabinete do Ódio na organização e mobilização virtual dos atos que resultaram na invasão e depredação das sedes dos Três Poderes.

Essa relação demonstrou como a radicalização gerada no ambiente digital se materializou em ações concretas contra a democracia.

Odilon Caldeira Neto (2023, p. 142) afirma:

“O bolsonarismo digital, articulado pelo Gabinete do Ódio, teve papel decisivo na preparação simbólica e logística dos atos antidemocráticos de janeiro de 2023.”

A atuação do Gabinete do Ódio resultou em uma série de investigações perante o STF, abrangendo os Inquéritos das Fake News e das Milícias Digitais

Esses processos procuram desmontar as redes de desinformação e responsabilizar criminalmente os envolvidos pela tentativa de danificar as instituições e incitar atos antidemocráticos.

#### **4.8 Os Ataques Golpistas de 8 de janeiro de 2023**

Em 8 de janeiro de 2023, o Brasil presenciou um dos acontecimentos mais marcantes desde a redemocratização. Milhares de apoiadores de Jair Bolsonaro invadiram e devastaram as sedes dos Três Poderes, Congresso Nacional, STF e Palácio do Planalto, em Brasília, num evidente ataque à ordem democrática e à soberania popular. A motivação para o ato foi questionar o resultado das eleições de 2022, que confirmaram a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva.

As investigações mostraram que o ato foi antecedido por acampamentos em frente a quartéis do Exército, onde eram realizadas manifestações e articulações para impedir a posse do presidente eleito. De acordo com Martins e Cunha (2023), esse episódio demonstra a radicalização do bolsonarismo e o uso da violência política como estratégia para colocar em xeque as instituições democráticas.

A ação foi organizada por meio de redes sociais, aplicativos de mensagens e com o apoio financeiro de empresários e militantes ligados a movimentos de extrema-direita. Segundo o relatório da PF (BRASIL, 2024), havia uma logística estruturada para transporte, alimentação e manutenção dos manifestantes em Brasília, caracterizando um ataque coordenado e planejado.

**Figura 10- Golpistas invadem Brasília e atacam as sedes dos três poderes**



Fonte: Antonio Cascio/Reuters (2023)

O impacto institucional do 8 de janeiro foi severo. Além dos prejuízos materiais, o ataque afrontou o pacto constitucional de 1988 e colocou em xeque a capacidade das instituições brasileiras de conter movimentos e insurreições. Para Lima (2023), o episódio simboliza não somente uma agressão física às sedes do poder, porém uma tentativa de interrupção democrática em modelos similares aos presenciados em outros países, como os Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021, onde grupos de apoiadores de Trump invadiram e depredaram o Capitólio, com intuito de questionar a vitória de Joe Biden. O impacto institucional do 8 de janeiro foi severo. Além dos prejuízos materiais, o ataque afrontou o pacto constitucional de 1988 e colocou em xeque a capacidade das instituições brasileiras de conter movimentos e insurreições.

**Figura 11 - Charge sobre " a quebradeira acontecida no dia 08 de janeiro".**



Fonte: Brasil 247 (2023)

#### **4.9 A condenação de Bolsonaro no TSE e suas consequências políticas**

Depois das eleições de 2022 e os episódios de impugnação do resultado eleitoral, Jair Bolsonaro passou a ser investigado em várias frentes por ataques às instituições, propagação de desinformação e abuso de poder político e econômico. Um dos eventos mais simbólicos foi a reunião que aconteceu no Palácio da Alvorada, em julho de 2022, com embaixadores estrangeiros, na qual Bolsonaro elaborou diversos ataques ao sistema eleitoral brasileiro, às urnas eletrônicas e ao Tribunal TSE, sem divulgar nenhuma prova de fraude.

Esse episódio foi julgado pelo TSE como preocupante desrespeito à normalidade e legitimidade das eleições, constituindo abuso de poder político e uso injustificado dos meios de comunicação institucional. Em conformidade, Kerche (2023) salienta que, a tentativa de gerar desconfiança do processo eleitoral perante à comunidade internacional fortaleceu a tática autoritária bolsonarista de deslegitimação das instituições republicanas.

Em 30 de junho de 2023, o TSE proclamou Jair Bolsonaro inelegível por oito anos, segundo a Lei Complementar nº 64/1990, que aborda as questões que geram inelegibilidades e seus prazos, em uma decisão histórica por maioria de votos

(BRASIL, 2023). A Corte concluiu que Bolsonaro aproveitou da estrutura do Estado para proporcionar desinformação, ameaçar instituições e interferir ilegalmente o pleito, prejudicando a normalidade democrática.

Segundo Lima (2023), a decisão reiterou o papel do Judiciário na salvaguarda das regras do jogo democrático, simultaneamente trouxe novamente para a discussão os limites institucionais para o combate do autoritarismo. Apesar de reprovada por setores bolsonaristas, a inelegibilidade foi comemorada por organizações da sociedade civil e especialistas como medida fundamental para manutenção da integridade do processo eleitoral.

As consequências políticas da decisão foram rápidas. A inelegibilidade de Bolsonaro modificou a convergência de forças no campo conservador, antes praticamente unido em torno do seu nome e agora criou espaço para novas lideranças da direita, como Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo e Romeu Zema, governador de Minas Gerais, dois dos quatro maiores colégios eleitorais do país, conjuntamente permaneceu com sua base bolsonarista mobilizada, que começou a acusar o poder judiciário de hipotética perseguição política e judicial. Como assinala Nobre (2023), a decisão do TSE não extinguiu a polarização, pelo contrário adicionou um novo componente de tensão para o cenário político brasileiro.

#### **4.10 O Plano Golpista "Punhal Verde e Amarelo"**

Entre os fracionamentos das investigações<sup>25</sup> em relação aos eventos antidemocráticos ocorridos em 8 de janeiro, evidenciou-se a descoberta de um plano golpista chamado de "Punhal Verde e Amarelo", encontrado pela PF em fevereiro de 2024. No plano estava previsto a determinação de um estado de sítio e a prisão autoritária de ministros do STF, TSE e adversários políticos, com o intuito de impossibilitar a posse de Lula e assegurar a manutenção de Bolsonaro no poder.

Segundo o relatório da PF (BRASIL, 2024), o plano abrangia militares da ativa, ex-ministros e assessores próximos de Bolsonaro. O documento presumia a publicação de atos institucionais, a solicitação de novas eleições sob coordenação

---

<sup>25</sup> O fracionamento das investigações é a divisão de uma única investigação em partes menores, geralmente em virtude de abranger diversos crimes, investigados separadamente, como também a existência de diversos investigados com graus distintos de envolvimento. No caso do "Punhal Verde e Amarelo", o fracionamento foi uma estratégia adotada pela Procuradoria Geral da República com objetivo de diminuir o risco de nulidades ou vícios processuais, tornando um processo mais claro e eficiente, visto que se fosse tudo julgado em um único inquérito geraria uma enorme complexidade, diante do número de envolvidos e os crimes cometidos.

dos militares e a interrupção das garantias constitucionais. Essa tentativa de golpe institucionalizaria condutas autoritárias, quebrando irreversivelmente com a ordem democrática vigente.

Para Kerche (2024), o "Punhal Verde e Amarelo" foi a fase mais desenvolvida de um planejamento autoritário elaborado desde 2018, marcado pela deslegitimação das instituições republicanas e pelo incentivo de mecanismos de exceção. O aparecimento de tal documento comprova a proporção do perigo autoritário que circundou o país no decorrer do período pós-eleitoral de 2022.

A divulgação desse plano também trouxe novamente ao centro das discussões o debate sobre a politização das Forças Armadas e seu envolvimento em crises institucionais no Brasil. Como analisa Lima (2023), o empenho de militares em articulações golpistas consiste em um dos relevantes problemas para o fortalecimento da democracia no país.

Em fevereiro de 2025, a PGR apresentou denúncia contra 34 pessoas,<sup>26</sup> dentre eles Bolsonaro e o General Walter Souza Braga Netto, então vice candidato a presidente na chapa de Bolsonaro em 2022.

No dia 26 de março de 2025<sup>27</sup>, a denúncia da Procuradoria foi aceita pelos ministros da 1ª turma do STF. Por unanimidade, tornando réu Bolsonaro e mais 07 ex-integrantes do seu governo por tentativa de golpe de estado.

---

26

**Bolsonaro, Braga Netto, Mauro Cid: saiba quem são os 34 denunciados pela PGR por trama golpista.** Disponível em: <https://cbn.globo.com/politica/noticia/2025/02/18/bolsonaro-braga-netto-mauro-cid-saiba-quem-sao-os-34-denunciados-pela-pgr-por-trama-golpista.ghtml>. Acessado no dia 12 de junho de 2025

<sup>27</sup> **STF recebe denúncia contra Núcleo 1 por tentativa de golpe de estado** Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-recebe-denuncia-contranucleo-1-por-tentativa-de-golpe-de-estado/>. Acessado no dia 12 de junho de 2025

## 5. CONCLUSÃO

O ressurgimento da extrema direita no Brasil, resumido no fenômeno do bolsonarismo, representa um capítulo marcante e como foi proposto no título deste trabalho, infeliz da nossa história recente. Distante de ser resultado de episódios isolados, essa ascensão está inserida em uma conjuntura mais extensa de fragilidade institucional, desapontamento democrático e crise de representatividade, tanto no Brasil quanto em outros países, onde movimentos similares ganharam força.

Ao longo desta pesquisa, foi possível observar como o bolsonarismo resgatou elementos históricos da extrema direita brasileira, por exemplo o autoritarismo, o anticomunismo, o moralismo conservador e a militarização da política, atualizando-os sob uma nova roupagem, adaptada à era das redes sociais e das guerras culturais.

O referencial teórico destacou as características fundamentais da extrema direita, seus antecedentes históricos e suas manifestações atuais, especialmente no contexto da globalização e do uso das redes sociais.

Em seguida, foi possível entender que o ambiente político brasileiro, marcado pela crise de representatividade, polarização, desgaste institucional e a emergência do sentimento antipolítico, gerou as condições ideais para o fortalecimento de lideranças e discursos autoritários.

A análise da ascensão da extrema direita brasileira, com foco em Jair Bolsonaro e na atuação das redes digitais, revelou estratégias comunicacionais, discursos moralistas e ações políticas que contribuíram para a consolidação desse campo ideológico.

Por fim, o estudo dos impactos mostrou os desafios que a democracia brasileira enfrenta, como o enfraquecimento das instituições, os retrocessos em direitos civis e sociais e o aumento da polarização política.

O estudo do bolsonarismo como representação contemporânea da extrema direita brasileira nos possibilita entender que a democracia no Brasil não é uma conquista definitiva, mas um processo contínuo, frequentemente ameaçado por forças que tentam danificá-la de dentro. Ao olhar para este período com o distanciamento crítico da História, é possível identificar os riscos de normalizar discursos autoritários, o valor da memória histórica, a importância de instituições sólidas e de uma sociedade civil vigilante.

Portanto, o enfrentamento da extrema direita exige uma mobilização ampla, conciliando conhecimento, engajamento político e ações estruturais, com intuito de conter a disseminação de notícias falsas e valorizar a mídia independente. Somente assim será possível assegurar um futuro democrático, inclusivo e justo para o Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Frederico. **O eleitorado de Bolsonaro: da rejeição à política à crise da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

AMARAL, Oswaldo E.; MADEIRA, Rafael. **Bolsonarismo: o futuro da extrema-direita no Brasil**. São Paulo: Zahar, 2019.

AQUINO, Telmo de; VANNUCCHI, Paulo César Gomes. **Autoritarismo e democracia no Brasil: história, política e memória**. São Paulo: Alameda, 2021.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia: crise e resiliência na política brasileira**. São Paulo: Todavia, 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório final da CPI da COVID-19**. Brasília: Senado Federal, 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Acórdão no Processo 0600814-85.2022.6.00.0000**. Brasília: TSE, 2023.

CALDEIRA NETO, Odilon. **Bolsonarismo e autoritarismo no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

CALDEIRA NETO, Odilon; GONÇALVES, Leandro Pereira. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo. **Os programas sociais no Brasil pós-pandemia: o que ficou e o que mudou?** Rio de Janeiro: FGV, 2022.

CASARÕES, Guilherme; MAGALHÃES, David Rocha. **Bolsonarismo: a construção do inimigo e a reinvenção da extrema direita no Brasil**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 36, 2021.

CESARINO, Leticia. **Como vencer uma eleição sem sair de casa: WhatsApp e o populismo digital no Brasil**. *Revista de Estudos Culturais*, v. 7, n. 2, p. 45-70, 2020.

CESARINO, Leticia. **Fake news, bolsonarismo e estratégias digitais na eleição de 2022**. *Revista Estudos de Comunicação*, v. 29, n. 1, p. 45-70, 2022

CESARINO, Leticia. **O mundo do avesso: verdades e políticas na era digital**. São Paulo: UBU, 2020.

COALIZÃO DIREITOS NA REDE. **Relatório sobre desinformação nas eleições 2022**. São Paulo: CDR, 2022.

DATAFOLHA. **Reprovação a Temer é recorde**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 11 jun. 2018. Disponível em:

<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/06/1971539-reprovacao-a-temer-e-recorde.shtml>. Acesso em: 29 de maio de 2025.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Ditadura e repressão política**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1930–1964)*. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano: economia e sociedade (1930–1964)**. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006. v. 2. p. 65–122.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Relatório Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil – 2022**. Brasília: FENAJ, 2022.

FERREIRA, Jorge. **O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Autêntica, 2020.

FIOCRUZ. **Boletim Observatório Covid-19 – Desigualdades sociais e pandemia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

HALLAL, Pedro et al. *Epidemiologia da Covid-19 no Brasil: enfrentando um negacionismo oficializado*. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial 2023: Brasil**. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2023/country-chapters/brazil>. Acesso em: 01 jun. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Estimativa de desmatamento na Amazônia Legal para 2022 é de 11.568 km<sup>2</sup>**. São José dos Campos: INPE, 30 nov. 2022. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/prodes-2022>. Acesso em: 02 jun. 2025.

KERCHÉ, Fábio. **Entre armas e sentenças: o STF no governo Bolsonaro**. São Paulo: Boitempo, 2022.

KERCHÉ, Fábio. *O Judiciário e a proteção da democracia no Brasil: Bolsonaro e a inelegibilidade*. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 41, p. 120-140, 2023.

KERCHÉ, Fábio. **A república armada: bolsonarismo e golpe de Estado no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2024

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. São Paulo: Zahar, 2018.

LILLA, Mark. **O progressista de ontem e o conservador de hoje**. São Paulo: Todavia, 2018.

LIMA, Maria Hermínia Tavares de Almeida. **Democracia sitiada: ataques institucionais e resistência no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; MIOLA, Edson Luiz. **A mídia e o impeachment de Dilma Rousseff: a construção de um golpe**. São Paulo: Editora Insular, 2019.

MARTINS, Carlos Eduardo; CUNHA, Luiz Werneck Vianna. *Crise, golpe e insurreição bolsonarista*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 38, n. 1, 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. São Paulo: Edusp, 2014.

MUDDE, Cas. **The Far Right Today**. Cambridge: Polity Press, 2019.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia: de junho de 2013 ao bolsonarismo**. São Paulo: Todavia, 2023.

NEMER, David. **Tecnopolíticas da extrema direita: como o conservadorismo se apropriou das redes sociais**. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2021.

OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA E ELEITORAL (OVPE/UFRJ). **Relatório sobre violência política nas eleições de 2022**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2022.

OLIVEIRA, André Singer de. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011–2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

POLÍCIA FEDERAL (PF). **Relatório final da Polícia Federal sobre os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023**. Brasília: PF, 2024. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/ghstf/integra-do-relatorio-da-policia-federal/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerda e Sociedade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.

RIBEIRO, Ana Paula. **Neoliberalismo autoritário e desmonte social no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

RIBEIRO, Pedro; ORTELLADO, Pablo. *Eleições 2022: bolsonarismo digital e a desinformação como estratégia política*. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 38, 2022

RIBEIRO, Eva Márcia Arantes Ostrosky; MAINEIERI, Tiago. **Mídia e política: as mudanças proporcionadas pelo advento da internet**. São Paulo: Caderno Casadinho PROCAD, UFG-UFRJ, vol. 17, n. 1, 2014. Disponível em <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/31212>. Acesso em: 27 de maio de 2025

ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.

SAFATLE, Vladimir. ***O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo***. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. ***Sobre o autoritarismo brasileiro***. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARTZMAN, Simon. *Educação e autoritarismo: ataques às universidades no governo Bolsonaro*. ***Revista Educação & Sociedade***, v. 42, 2021.

SOLANO, Esther. ***O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil***. São Paulo: Boitempo, 2020.

SOLANO, Esther. ***Brasil em transe: democracia, autoritarismo e extrema-direita no governo Bolsonaro***. São Paulo: Boitempo, 2021.

TERRA DE DIREITOS. ***Relatório sobre violência política no Brasil: 2018-2022***. Curitiba: Terra de Direitos, 2023.

THE INTERCEPT BRASIL. ***Vaza Jato: os bastidores da Lava Jato***. Disponível em: <https://theintercept.com/brasil/vaza-jato/>. Acesso em: 01 jun. 2025.

TRINDADE, Hégio. ***Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930***. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1979.